

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO**

KAMILA BATISTA NUNES VIANA

**O PLANEJAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERCEPÇÕES
DOS PROFESSORES SOBRE A BNCC NO CMEI “SANTA
LÚCIA” PRESIDENTEKENNEDY-ES**

SÃO MATEUS-ES

2021

KAMILA BATISTA NUNES VIANA

O PLANEJAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERCEPÇÕES
DOS PROFESSORES SOBRE A BNCC NO CMEI “SANTA
LÚCIA” PRESIDENTEKENNEDY-ES

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e
Educação da Faculdade Vale do Cricaré, como
parte das exigências para obtenção do título de
Mestre em Ciência, Tecnologia e Educação

Orientador: Prof. Dra. Luana Frigulha Guisso

SÃO MATEUS-ES

2021

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – ES

R175c

Ramos, Raquel Francisco.

Comunidade Quilombola Cacimbinha: das raízes da escravidão no litoral do Espírito Santo, para a difusão dos saberes etnobotânicos na região / Raquel Francisco Ramos – São Mateus - ES, 2020.

104 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2020.

Orientação: prof. Dr. Daniel Rodrigues Silva.

1. Comunidade quilombola. 2. Etnobotânica. 3. Ervas medicinais. 4. Plantas medicinais. I. Silva, Daniel Rodrigues. II. Título.

CDD: 580.7

Sidnei Fabio da Glória Lopes, bibliotecário ES-000641/O, CRB 6ª Região – MG e ES

KAMILA BATISTA NUNES VIANA

**O PLANEJAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERCEPÇÕES
BASEADAS NA BNCC NO CMEI “SANTA LÚCIA”, PRESIDENTE
KENNEDY-ES**

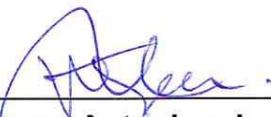
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência, Tecnologia e Educação, na área de concentração Ciência, Tecnologia e Educação.

Aprovada em 24 de novembro de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA



Profa. Dra. Luana Frigulha Guisso
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientadora



Prof. Dr. Marcus Antonius da Costa Nunes
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Profa. Dra. Taisa Shimosakai de Lira
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

MEMORIAL

Meu nome é Kamila Batista Nunes Viana, tenho 39 anos e vou escrever um pouco de minha trajetória de vida e profissional.

Sou filha de uma avó paterna que após todos os filhos criados me gerou no lugar mais improvável que foi no coração. Criada em um lar de seis filhos, em que duas eram professoras, meu desejo do coração era “Lecionar”. Quando entrei na 1ª série, fui apresentada a uma diretora e meu único pedido a ela foi: Dona Edite quando eu for Professora, eu posso “dar aula” aqui? A resposta foi positiva. Sempre me orgulhei da profissão que eu escolhi e sempre desejei, fiz meu ensino fundamental, ansiando para meu tão sonhado MAGISTÉRIO. Na época era prova de seleção e eu fiz, fui pressionada a fazer o antigo científico eu não cedi, fui aconselhada a seguir uma profissão da qual não era meu desejo e eu me mantive firme no que eu desejava, me recordo como fosse hoje da chantagem que eu sofri: “Se você for fazer o Magistério eu não vou te ajudar em nada. Como isso me magoou, chorava e falava com a minha mãe (a que mais me apoiava) que era o meu desejo e que jamais seria feliz com outra profissão e ela com todo aquele amor me disse que faria o possível e impossível para eu estudar. Então, aos 15 anos iniciava meu primeiro ano do magistério, foram quatro anos de aprendizagem, conhecimento, estágios, trabalhos. Em 2000 me formei no magistério como professora, porém, não pude iniciar de imediato a faculdade, mas o desejo apenas adormeceu, outros empregos vieram, tive meu primeiro filho e um ano depois iniciei minha carreira de professora na Educação Infantil. Aos 24 anos sou apresentada ao município de Presidente Kennedy onde passo no Processo Seletivo do ano de 2006. Então, já casada e com meu do segundo filho, início lá mesmo minha faculdade de Pedagogia à Distância em 2007, quando no concurso de 2008 sou aprovada tendo aquele magistério que eu tanto lutei para realizar. Em 2010, termino minha faculdade e financeiramente estava estabilizada então no meu pensamento já estava satisfeita e faltando apenas uma pós graduação *Lato Sensu*, para a estabilidade se concluir. Em 2011, com a minha terceira filha, termino minha pós-graduação e já bastava, mas não era o que viria pela frente, fui amadurecendo e me tornando mais questionadora, quando, no decorrer dos anos me deparei com tantas situações no âmbito escolar, que me tornei uma leitora assídua e diante da oportunidade do Mestrado encontrei o caminho a mim destinado.

RESUMO

VIANA, Kamila Batista Nunes. **O planejamento na educação infantil:** percepções dos professores sobre a BNCC no CMEI “Santa Lúcia” Presidente Kennedy-ES. Dissertação (Mestrado em Ciências, Tecnologia e Educação) – Faculdade Vale do Cricaré em São Matheus, Espírito Santo, 2021.

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e tem sua complexidade no que tange o trabalho no desenvolvimento das crianças, mais especificamente com as crianças de 0 a 3 anos. Esta pesquisa busca responder à seguinte problemática: como os professores da Educação Infantil percebem a BNCC nos diferentes níveis de planejamento educacional? O que significa compreender a dinâmica do serviço pedagógico da escola, a organização e o suporte que recebem no desenvolvimento dos planos de aula. O trabalho inicia por abordar o Plano Nacional de Educação, o surgimento da Base Nacional Comum Curricular, passando por um breve histórico da Educação Infantil e pelas mudanças e perspectivas relacionados à BNCC, que refletem no planejamento do professor para a sala de aula. Sendo assim, faz-se muito importante entender os níveis de planejamentos educacionais que organizam a dinâmica da gestão escolar até às práticas. A metodologia da pesquisa está pautada em um estudo de caso de abordagem qualitativa, realizado com 7 professores do Centro Municipal de Educação Infantil CMEI “Santa Lúcia”. Este trabalho se justificou por compreender as percepções dos professores na elaboração de seus planejamentos diante da BNCC. Nesse contexto verificou-se que os professores receberam formação do Estado no processo de implementação desde documento, mas tiveram dificuldades de adaptação, mesmo dois anos depois do processo iniciado, mas no dia a dia, sempre planejam adequando à BNCC, o que vai aos poucos proporcionando compreensão dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, dentro dos campos de experiências. Diante disso percebeu-se a necessidade de formação continuada como forma de amenizar as dificuldades e a pesquisa apresenta como produto Educacional, para os professores da Educação Infantil do município de Presidente Kennedy-ES, auxiliando-os na compreensão da BNCC.

Palavras-chave: Planejamento; Educação Infantil; Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

ABSTRACT

VIANA, Kamila Batista Nunes. **Planning in early childhood education: teachers' perceptions about bncc in CMEI "Saint Lucia" President Kennedy-ES.** Dissertation (Master in Science, Technology and Education) - Vale do Cricaré College in São Matheus, Espírito Santo, 2021.

Early Childhood Education is the first stage of Basic Education and is complex in terms of the work in children's development, more specifically with children aged 0 to 3 years. This research seeks to answer the following issue: how do Early Childhood Education teachers perceive BNCC at different levels of educational planning? Which means understanding the dynamics of the school's pedagogical service, the organization and support they receive in the development of lesson plans. The work begins by approaching the National Education Plan, the emergence of the National Common Curriculum Base, passing through a brief history of Early Childhood Education and the changes and perspectives related to BNCC, which reflect on the teacher's planning for the classroom. Therefore, it is very important to understand the levels of educational planning that organize the dynamics of school management into practices. The research methodology is based on a case study with a qualitative approach, carried out with 7 teachers from the Municipal Center for Child Education CMEI "Santa Lúcia". This work was justified by understanding the perceptions of teachers in the preparation of their plans in front of the BNCC. In this context, it was found that teachers received training from the State in the process of implementing this document, but they had difficulties in adapting, even two years after the process started, but on a daily basis, they always plan to adapt to the BNCC, which goes little by little providing understanding of learning and development goals within the fields of experience. In view of this, the need for continuing education was perceived as a way to alleviate the difficulties and the research presents an Educational product for teachers of Kindergarten in the city of Presidente Kennedy-ES, helping them to understand the BNCC.

Keywords: Planning; Child education; Common National Curriculum Base (BNCC).

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
1.1 JUSTIFICATIVA.....	9
1.2 PROBLEMA.....	9
1.3 HIPÓTESE.....	9
1.4 OBJETIVO GERAL.....	10
1.5 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1 O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO.....	14
2.2 O SURGIMENTO DA BNCC E OS MARCOS LEGAIS.....	17
2.3 A EDUCAÇÃO INFANTIL – SUA HISTÓRIA (CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS)	23
2.4 A EDUCAÇÃO INFANTIL E A BNC, MUDANÇAS E PERSPECTIVAS.....	29
2.5 O PLANEJAMENTO EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	34
3 METODOLOGIA.....	37
3.1 TIPOS DE PESQUISA.....	37
3.2 SUJEITOS DA PESQUISA.....	40
3.3 LOCAL DA PESQUISA.....	40
3.4 REALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	41
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	43
5 PRODUTO FINAL.....	54
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
7 REFERÊNCIAS.....	68

1 INTRODUÇÃO

Uma pessoa é considerada criança de 0 até seus 12 anos de idade e tem assegurado vários direitos, à educação e seu pleno desenvolvimento, assim como atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 5 anos de idade, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, regido pela Lei nº 8.069/1990.

A Educação Básica é dividida em etapas sendo a primeira a Educação Infantil, dividida em duas modalidades: a creche até os 3 anos e 11 meses e a pré escola de 4 a 5 anos e 11 meses, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013), que tem como prioridade o cuidado e o educar nesta etapa, objetivando o desenvolvimento integral da criança em todos aspectos físico, afetivo, psicológico, intelectual e social. Este documento deixa claro que as discussões sobre as orientações do trabalho junto às crianças não cessam, garantindo as práticas escolares próprias para idade.

A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), em concordância com as Diretrizes (BRASIL, 2013), discorre sobre o acolhimento das crianças da creche, valorizando o conhecimento que trazem de suas famílias, pois é muito importante, por ser um momento de separação desse vínculo afetivo. Nesse sentido a Base (BRASIL, 2017), como documento norteador atual da educação, propõe um planejamento com ampliação das experiências para fortalecer as novas aprendizagens e divide a Creche em Bebês, (0 a 1 ano e 6 meses) e Crianças Bem Pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses), sendo depois a pré-escola Crianças Pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses).

A história da Educação Infantil é de extrema importância para compreender e valorizar o que hoje se alcançou em políticas educacionais voltadas para a Educação Infantil e Kuhlmann traz informações históricas importantes desde que esta etapa era atendida de forma assistencialista, voltada para os cuidados com a saúde.

Pensando no cuidar e educar das crianças da Creche, essa pesquisa tem como objetivo compreender como os professores percebem na Base Nacional Comum Curricular os diferentes níveis de Planejamentos Educacionais e como desenvolvem

seus planos diante do contexto do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) “Santa Lúcia” em Presidente Kennedy-ES.

Nesse sentido a pesquisa toma direcionamentos que visam compreender o trabalho educacional na Creche do CMEI “Santa Lúcia” no município de Presidente Kennedy, baseados no Plano Nacional de Educação (PNE¹) até o surgimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC²), que norteia o trabalho atual nas instituições escolares, além de descrever os tipos de planejamentos voltados para a Educação Infantil. Vasconcellos (2000) e Alves (2011) trazem relevantes contribuições onde aborda que a prática do planejamento dependerá da concepção de currículo, mediante o trabalho pedagógico da escola. O autor aborda que o planejamento escolar deve ser estruturado e articulado através de três níveis: o planejamento da escola, o plano de ensino ou plano curricular e o plano de aula.

Para compreender a realidade da escola pesquisada, será relevante conhecer o trabalho dos professores do CMEI “Santa Lúcia” sendo necessário realizar um levantamento dos fazeres em educação, das vivências nos momentos de planejamentos³, perspectivas e dificuldades encontradas dentro da realidade da educação do município, nos processos de contextualização com a realidade onde a escola está inserida, pois nesse sentido as Diretrizes (BRASIL, 2013) mencionam que a gestão escolar revela a visão de planejamento da uma instituição escolar⁴.

A metodologia dessa pesquisa envolve uma pesquisa qualitativa, um estudo de caso, com uma abordagem qualitativa, tendo como base Lüdke e André (2013) com

¹ BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de junho de 2014.

² BRASIL. Base Nacional Curricular Comum. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. (2017)

³ O planejamento, por Vasconcellos (2000), deve ser percebido como um instrumento que tem a capacidade de adentrar em uma situação da realidade e transformá-la de forma atenta, direcionada e organizada para promover as transformações pensadas.

⁴ É a instituição que fornece o processo de ensino para discentes (alunos), com o objetivo de formar e desenvolver cada indivíduo em seus aspectos cultural, social e cognitivo. <https://www.significados.com.br/escola/> Acesso em: 24 de mar. 2021.

conceitos e direcionamentos no que se referem os momentos da pesquisa. Um grupo focal, conforme Oliveira (2020), será o instrumento para o levantamento das informações com os professores, que possibilitará uma aproximação dos momentos de planejamento dos professores, assim como a utilização da Base Nacional Curricular Comum como norte para a preparação das aulas.

1.1 JUSTIFICATIVA

Como Este trabalho se justifica por compreender as percepções diante dos planejamentos dos professores, com a elaboração das aulas e do trabalho do setor pedagógico, diante da Base Nacional Comum Curricular, por ser um documento recente que propõe garantir uma educação com equidade, igualdade e diversidade, com compromisso e de forma integral, sendo o local da pesquisa, uma escola que atende aos alunos da creche, o CMEI “Santa Lúcia”. Nesse sentido, a Educação Infantil com sua complexidade, vinculada ao educar e cuidar tem traçados, pela BNCC, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, onde o professor deve garantir uma pluralidade de experiências e vivências que visam promover o desenvolvimento dos alunos, sendo necessário para isso, (re)organizar os planejamentos nos diversos níveis para contemplar o que reza este documento.

1.2 PROBLEMA

Como os professores do CMEI Santa Lúcia, compreendem a BNCC e os diferentes níveis de planejamento educacional?

1.3 HIPÓTESE

As mudanças atuais na educação promovem a melhoria na qualidade do trabalho dos profissionais, como acontece no momento atual com a implantação da BNCC como documento que norteia o trabalho nas aprendizagens, imprescindíveis aos alunos. Diante dos diferentes níveis de planejamentos educacionais necessários para a organização e gestão escolar, é possível compreender e contribuir com os professores do CMEI “Santa Lúcia”, ao pensar que a BNCC tem como objetivo garantir a equidade nos processos educativos, no caso da presente pesquisa, direcionado para a Creche,

atingindo os objetivos da educação que é a formação do aluno enquanto cidadão, utilizando as interações e as brincadeiras para a Educação Infantil, que são os eixos norteadores.

Atualmente os profissionais da educação estão diante de um documento, que é a Base Nacional Comum Curricular, que traz contribuições à educação para a formação do aluno como crítico, criativo e participativo e ainda propõe desligar as práticas do formato de educação voltada para a memorização de conteúdos. Por esse motivo, houve necessidade de repensar os planejamentos educacionais nos seus diversos níveis, acompanhando o norteamento da BNCC. Nesse contexto este trabalho traça os objetivos voltados especificamente para o trabalho de uma Creche do Município de Presidente Kennedy.

1.4 OBJETIVO GERAL

Através do objetivo geral, é possível compreender como as professoras da Educação Infantil do Centro Municipal de Educação Infantil “Santa Lúcia” percebem a BNCC nos diferentes níveis de Planejamento Educacional.

1.5 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Verificar como os professores do Centro Municipal de Educação Infantil “Santa Lúcia”, desenvolvem seus planos de aula de acordo com a BNCC;
- Descrever como os professores do CMEI “Santa Lúcia” relatam suas necessidades e ou dificuldades ao planejar seus conteúdos de acordo com os novos direcionamentos da BNCC;
- Produzir uma formação continuada para os professores da Educação Infantil do município de Presidente Kennedy-ES, com o apoio da secretaria de educação, com a finalidade de auxiliá-los na compreensão da BNCC.

Sobre a divisão de capítulos da pesquisa, o primeiro capítulo apresenta os motivos que levaram à pesquisa sobre como os professores da Educação Infantil do Município de Presidente Kennedy compreendem a BNCC e os diferentes níveis de planejamentos educacionais.

O capítulo 02 é composto pelo aporte teórico que sustentam a pesquisa, sendo dividido em partes para melhor abordar os assuntos e compreendê-los: O primeiro item aborda sobre o Plano Nacional de Educação e suas implicações sobre a educação a nível nacional, estadual e municipal, com metas traçadas com determinados prazos para avanços na qualidade da educação; o segundo item discorre sobre o surgimento da Base Nacional Comum Curricular como um documento que visa nivelar a qualidade do ensino, com uma estrutura pensada em nortear o trabalho da educação em todas as etapas e possibilitando ao professor potencializar as experiências para as crianças, ao pensar no desenvolvimento das habilidades e competências das crianças; o terceiro item traz um breve histórico da Educação Infantil para compreender esta etapa, que é a base do ensino, hoje considerada parte da Educação Básica, composta por crianças à partir de 0 anos de idade até os 5 anos e 11 meses, que apesar de pequenas, tem seus direitos educacionais garantidos, onde o atos de educar e cuidar são indissociáveis do processo educativo para esta faixa etária, que aprender através da interação e brincadeiras; o quarto item abrange a etapa da Educação Infantil com relação à BNCC, ao mesmo tempo em que explana sobre as mudanças e perspectivas que refletem no planejamento do professor para a sala de aula; e o quinto item ressalta os tipos de planejamentos educacionais para a Educação Infantil de acordo com a BNCC, sendo esta última, a que orienta os planejamentos para as práticas educacionais.

A metodologia compõe o capítulo 03, que tem o intuito de atender aos objetivos desta pesquisa, assim será feito um estudo de caso de abordagem qualitativa, com entrevistas aos professores através de um grupo focal. Faz-se necessário também uma revisão bibliográfica com levantamento de informações a respeito, que envolve o tema, como publicações de textos, artigos, livros, periódicos, dentre outros. O grupo focal busca analisar suas necessidades e/ou dificuldades ao planejar seus conteúdos de acordo com os novos direcionamentos da BNCC e compreender a dinâmica do serviço pedagógico da escola, organização e apoio no preparo dos planos de aula.

Os resultados são apresentados no capítulo 04 após a etapa do grupo focal, as informações colhidas serão analisadas e articuladas com o referencial teórico que se baseia esta pesquisa, que está dividida em capítulos.

Por fim, considerações finais traçadas de acordo com os objetivos, a coleta de dados e os resultados apresentados dialogados com o referencial teórico, analisando o contexto escolar.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os planejamentos em Educação Infantil devem manter um nível de qualidade, seguindo orientações do Currículo do Estado do Espírito Santo, para que o trabalho seja baseado nos eixos estruturantes⁵ desta etapa da educação, que são as interações e as brincadeiras, assegurando assim os direitos de aprendizagens que são de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular faz menção às Diretrizes afirmando que:

A criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que se desenvolve nas interações, relações e práticas cotidianas a ela disponibilizadas e por ela estabelecidas com adultos e crianças de diferentes idades nos grupos e contextos culturais nos quais se insere. Nessas condições ela faz amizades, brinca com água ou terra, faz-de-conta, deseja, aprende, observa, conversa, experimenta, questiona, constrói sentidos sobre o mundo e suas identidades pessoal e coletiva, produzindo cultura. (BRASIL, 2013, p. 86)

Em suma os planejamentos podem garantir à criança vivências e experiências que podem impulsionar o desenvolvimento do aprendizado. Nesse sentido, percebe-se a importância de analisar como os docentes planejam o trabalho com os alunos, principalmente da Educação Infantil e a importância dos planejamentos estarem de acordo com Plano Político Pedagógico da escola, que cada escola tem conforme a realidade em que está inserida. Partindo dessa premissa, Vasconcellos (2011) afirma que este plano pode ser entendido como a sistematização de um processo de planejamento participativo, sendo claro no que define o tipo de ação educativa que se quer realizar, sendo importante para a construção da identidade da escola.

Em 2001 o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/2001 estabelece metas para que da Educação Infantil alcance a 50% das crianças de 0 a 03 anos e 80% das de 04 e 05 anos, sendo a primeira idade referente às creches e a segunda referente à pré-escola. As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL,

⁵ Eixos estruturantes que norteiam as práticas pedagógicas, propostos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), visando o desenvolvimento integral da criança e para garantir os direitos de brincar e interagir com outras crianças e adultos. (BRASIL 2017 E BRASIL 2010)

2013), norteia o trabalho das instituições escolares onde a prioridade gira em torno do cuidado e do educar nesta etapa, objetivando o desenvolvimento integral da criança em todos os aspectos, físico, afetivo, psicológico, intelectual e social.

A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL 2017) reforça o que as Diretrizes (BRASIL 2013) discorrem sobre as orientações para os planejamentos dos professores, no sentido de atender ao desenvolvimento das crianças. Através da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL 2017), a Educação Infantil brasileira precisa ter seus planejamentos permeados das orientações que esse documento discorre.

2.1 O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A educação no Brasil permite que o Distrito Federal, Estados e Municípios tenham autonomia nas deliberações a cerca da educação. O Plano Nacional de Educação (PNE) vem para organizar e unificar a educação, conduzindo-a de forma a melhorar os níveis de escolaridade, promovendo melhoria na qualidade de ensino, elevando as taxas de alfabetização no país, amparando as formações dos profissionais, a democratização e os investimentos em educação. Nesse sentido o PNE ainda prevê que cada município e estado se baseiem no Plano Nacional, mas que tenha suas particularidades específicas de cada local ou região.

O Plano Nacional de Educação no qual se baseia o decênio 2014/2024, tendo sua gênese mediante a Lei nº 13.005/2014 concebeu dez diretrizes que permeiam ao que cerne a educação brasileira estabelecendo vinte metas que devem ser cumpridas durante sua vigência.

- I. Erradicação do analfabetismo; II. Universalização do atendimento escolar;
- II. Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da justiça social, da equidade e da não discriminação;
- III. Melhoria da qualidade da educação;
- IV. Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- V. Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII. Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país;
- VI. VIII. Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- VII. IX. Valorização dos profissionais da educação;
- VIII. X. Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à

diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

As metas do PNE seguem as diretrizes acima citadas para garantir a qualidade da educação com uma abrangência de todas as esferas de governo (municipal, estadual e federal), sendo todas com compromissos em comum, onde o trabalho, com colaboração e integração nas ações propostas, realiza essa garantia.

Com relação à Educação infantil, algumas metas como: meta 1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10 e 11, buscam investir intensamente centrando o atendimento das crianças desta etapa, sendo este um grande desafio dos municípios. Nesse sentido, a Meta 1 prevê:

1.6 - Implantar, até o segundo ano de vigência deste PNE, avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes. (PNE, Lei nº 13.005/2021)

Assim se faz necessária a realização de levantamento das instituições de Educação Infantil no que se referem à demanda, formas de expandir, de ter apoio do estado e da União para a expansão da rede física e, principalmente para a formação inicial e continuada dos profissionais da educação.

As metas 4 e 8 especificam formas de reduzir as desigualdades e à valorização da diversidade, como formas de atingir a equidade⁶, que segundo a BNCC, deve ser um claro foco nos planejamentos escolares, em diferentes níveis. (BRASIL, 2017)

Já as metas de 15 à 18, tem como foco valorizar a formação dos profissionais da educação, pois dessa forma entende-se que é um requisito para que as outras metas do Plano Nacional de Educação sejam atingidas, assegurando aos professores formação na área específica que atuam. As outras metas, de 12 à 14, se referem ao ensino superior. (MEC/SASE, 2014)

Para que as metas sejam atingidas, há o financiamento que depende do dever a cumprir de cada esfera (municipal, estadual, federal). Assim, metas que abrangem a

⁶ Equidade: "Pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes". (BRASIL, 2017)

Educação infantil,

Envolvem primordialmente o esforço municipal, porém, só serão atingidas com a contribuição das esferas estadual e federal. Financiamento, apoio técnico, diretrizes gerais, formação de professores, entre outros, são fatores imprescindíveis para a educação infantil, mas que não dependem, em grande parte, dos municípios. Portanto, os governos federal e estadual têm compromisso com os municípios. (MEC/SASE, 2014, p. 14)

Através da atenção que as esferas de governo dão às metas do PNE, elas se tornam conhecidas e podem ser analisadas e discutidas, pois cada uma tem sua importância na qualidade da educação.

A Educação Infantil foi inserida como parte da Educação Básica a partir de 1996 através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), definindo como finalidade dessa etapa promover o desenvolvimento integral da criança até 05 anos de idade, complementando a ação da família e da comunidade.

Com o Plano Nacional de Educação (PNE), a Meta 1 tem como base atender às crianças de 0 a 5 anos de idade na Educação Infantil e em curto prazo, universalizar o atendimento na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos, até 2016; e até o final de vigência do Plano Nacional de Educação, em 2024, garantir que, no mínimo, 50% das crianças com até 03 anos de idade sejam atendidas por creches.

A Lei nº 13.005/2014 que aprovou o PNE 2014-2024 reforça o fortalecimento da Educação Infantil através da Meta 1 e nas análises feitas no acompanhamento das metas do Plano Nacional de Educação, Gomes discorre que,

O Plano Nacional de Educação 2014-2024 ratificou a necessidade de um olhar específico do poder público sobre a educação infantil, expressa no comando e nas estratégias da meta 1 do PNE. Os dados de monitoramento dessa meta, divulgados pelo Inep ao fim de 2016, mostram que houve crescimento da matrícula de crianças de 0 a 5 anos no período 2012-2014, com uma clara tendência de expansão ao longo de 2004-2014. (GOMES, 2017, p. 45)

O autor menciona que em termos de qualidade e equidade, na Educação Infantil, já está previsto pelo Plano, faltando maiores colaborações da União e dos estados, no que se refere aos termos financiamento e técnicos, pois o atendimento de até 50% do atendimento de crianças de 0 a 3 anos em instituições de Educação infantil, já estava previsto no PNE anterior.

Mesmo assim Gomes (2017) deixa claro que:

É preciso destacar que o comportamento da taxa no período 2004-2014 foi influenciado tanto pelo aumento de crianças atendidas quanto pela diminuição da população de 0 a 3 anos de idade. Ainda assim, em termos de criação de vagas no sistema escolar, o desafio é enorme. (GOMES, 2017, p. 45)

No artigo 5º § 02 da Lei nº 13.005/2014 de aprovação PNE, garante que a cada dois anos, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP realizará estudos para aferir o cumprimento das metas do PNE, juntamente com várias instâncias da Educação. O PNE prevê ainda que Estados, Distrito Federal e Municípios podem criar seus próprios mecanismos de acompanhamento do desenvolvimento das metas para a educação, inclusive prevê indicadores de rendimentos e avaliações, com divulgações de resultados, dentre outras importantes ações, como forma de garantir a qualidade para a Educação Básica.

2.2 O SURGIMENTO DA BNCC E OS MARCOS LEGAIS

As Diretrizes Curriculares Nacional da Educação Básica (BRASIL 2013, p. 67) define Base Nacional Comum como constituinte de “conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico [...]”.

Entre 2015 e 2017 diferentes atores do campo educacional juntamente com a sociedade brasileira, debateram e negociaram “um documento normativo que define o conjunto progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica”, que é a BNCC. (BRASIL, 2018)

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases (1996) e no Plano Nacional de Educação (2014), frutos desses debates, a BNCC contou com uma mobilização de várias entidades relacionada à educação para sua formulação: “Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e pelo Ministério da Educação (MEC)”. Além desses órgãos, de forma democrática, teve mais de 12 milhões de contribuições da sociedade civil e de educadores, feitas através de consultas públicas.

A Base Nacional Comum Curricular contempla toda a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio). A parte referente à Educação Infantil e Ensino Fundamental foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo MEC em dezembro de 2017, depois de audiências públicas realizadas em todas as regiões do Brasil. Já a parte referente ao Ensino Médio encontra-se atualmente em processo de elaboração. Durante a fase final de revisão da BNCC, as redes de ensino começaram a preparar seus processos de planejamento e implementação, que serão cruciais para que a BNCC cumpra o seu papel de promover mais qualidade e equidade na aprendizagem dos estudantes. Com a BNCC aprovada, é fundamental, agora, que todas as redes do país sejam as protagonistas dessa etapa de implementação. (MEC, 2018, p. 02)

Em vista disso, a BNCC é um documento como norteador das práticas educacionais, explicitando as aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas, compreendendo a diversidade cultural e social, diante das diferentes necessidades dos estudantes e reconhecendo “que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica”. (BRASIL, 2017, p. 15-16)

A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL 2017) trata-se de um documento que o conteúdo norteador ao que cerne da questão didática de toda a escola brasileira, abrangendo todas as etapas da educação básica, a partir a Educação Infantil contemplando até o final do Ensino Médio. Em 2018 o MEC lança o Guia Nacional da Educação, recheado de contribuições para professores e gestores implantarem nos planejamentos, as orientações definidos pela BNCC (2017), definindo prioridades e conduzindo o acompanhamento aos professores para garantir a qualidade conforme preconiza a BNCC. (MEC, 2018)

As orientações ditadas pelos MEC (2018) discorrem que ao longo de 2019, tanto para a Educação Infantil como para o Ensino Fundamental, “as equipes gestoras também deverão coordenar a (re) elaboração do Projeto Pedagógico (PPs) das escolas à luz dos novos currículos. É importante que as formações considerem o processo de revisão do PPs”, tomando como base a BNCC.

O Projeto Pedagógico (PP) ou Projeto Político-Pedagógico (PPP) “é o documento que afirma a visão sobre a educação da escola, como ela reconhece sua missão, qual sua identidade, seus valores”, construído para nortear o trabalho de gestão escolar, de forma coletiva, orientando as práticas e as deliberações da escola. relacionando-o à

BNCC, “ele deve ter como foco o apoio desenvolvimento integral do estudante, considerando sua diversidade, singularidades e multidimensionalidade”. (MEC, 2018)

Nesse sentido, as práticas escolares necessariamente, devem estar de acordo com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola e deve ser atualizado sempre que necessário e sempre em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. (BRASIL, 2013)

Partindo dessa premissa, a BNCC foi estruturada pensando na nivelção e na qualidade do ensino, com intuito de reduzir a desigualdade educacional, seguindo por trabalhar os conhecimentos e as habilidades, considerados fundamentais para a atualidade, estimulando evolução nas práticas escolares. Este documento entende que para exercer a cidadania a pessoa precisa de mobilizar conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver as situações do dia a dia, por isso norteia o trabalho educacional estipulando as competências para a Educação básica. Assim, deve estar presente em todos os níveis de planejamento da Educação fundamentando as práticas escolares e o fazer pedagógico de uma instituição escolar.

A BNCC é formada pelas três etapas da educação básica, que é a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio descrevendo as orientações específicas das disciplinas e de cada etapa. Ela constitui diversas formas, o que é comum, que os alunos precisam aprender em cada etapa da Educação Básica, o que diz respeito aos saberes e as habilidades para aplicar os conhecimentos na sua realidade.

Com relação à Educação Infantil, a modificação pela Lei 13.306/ de 2016, quando estabelece o atendimento às crianças com a idade de 0 a 5 anos, historicamente foi um passo muito importante. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, “estabelecem a Base Nacional Comum, responsável por orientar organização, articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras” (BRASIL, 2013). A BNCC atualizada, “é um documento completo e contemporâneo, que corresponde às demandas do estudante desta época, preparando-o para o futuro.” (BRASIL, 2017, p. 5)

Em suma, a BNCC é um documento atualizado, de acordo com as faixas etárias e o desenvolvimento da criança em cada uma delas, correspondendo à devida importância de cada etapa no que diz respeito à Educação Infantil. Para isso o MEC (2018) prevê o trabalho em rede para criar uma estrutura de governança da implementação da BNCC, refletindo questões que abordam formas de organização e regime de colaboração, participação de estados e municípios no processo de (re)elaboração curricular, planejamento e comunicação e definir quais decisões devem ser tomadas e por quem. Nesse sentido, o foco é o aprendizado dos estudantes, não importando de qual esfera pertence. (MEC, 2018, p. 6)

A implementação da BNCC prevê a necessidade de recursos e formações, por isso se organizou com ações para facilitar, nesse sentido o MEC (2018) deixa claro que:

Uma vez estabelecidos a governança, o planejamento e a composição das equipes, é possível iniciar a comunicação sobre o processo. A participação das equipes de comunicação das secretarias é essencial em diversos momentos, especialmente na hora de elaborar um plano para comunicar as ações e engajar atores estaduais e municipais. Informar todos os envolvidos, sobretudo professores, é fundamental para o sucesso da implementação. Essa estratégia confere legitimidade ao processo e ao resultado, evita resistências e apoia os professores das escolas públicas e privadas a colocar o novo documento curricular em prática na sala de aula. (MEC, 2018, p.18)

Com relação ao estudo das referências curriculares, “é preciso estudar e entender a proposta da BNCC, o histórico curricular local, as pluralidades e diversidades dos vários documentos existentes, incluindo os currículos dos municípios”. (MEC, 2018, p. 19)

Nesse momento, muitos professores e gestores tiveram a oportunidade, segundo o Mec (2018) de compartilharem boas experiências, que puderam ser aproveitadas para qualificar as revisões à luz da BNCC. Assim, a (re)elaboração curricular pode acontecer forma a garantir que as aprendizagens previstas no novo documento dialogassem com a realidade local. Esse trabalho serviu de norte para a elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas.

Para iniciar este trabalho, as orientações do MEC (2018) visaram a necessidade de que o trabalho tivesse correspondência às indicações da BNCC, e primeiramente foi pensado em: “o que os bebês, crianças e jovens devem aprender? Para isso,

Recomenda-se a existência de uma rotina de trocas e alinhamentos entre os diferentes grupos de trabalho. Isso é importante para que a transição entre as etapas da Educação Básica garanta a integração e continuidade dos processos de aprendizagens e que os componentes ou áreas do documento curricular dialoguem de maneira interdisciplinar e trabalhem conjuntamente as competências gerais da BNCC. (MEC, 2018, p. 27)

Assim, cada ator nesse processo teve suas atribuições e o Mec (2018) deixa claro que no conjunto, permitiu que na (re)elaboração do currículo, os documentos curriculares pudessem ser de vários formatos, mas sempre tendo como referência, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dialogando sempre com a realidade da comunidade local, com as aprendizagens contextualizadas e de forma interdisciplinar. Nesse contexto, a Educação Infantil, como parte da Educação Básica, está incluída nesses processos de (re)elaboração curricular. A implementação da BNCC, através do MEC, faz a separação das etapas com seus coordenadores e formadores, trabalhando de forma específica para cada etapa.

Na Educação Infantil as crianças podem vivenciar seus primeiros momentos, desprendidas dos seus pais ou da sua família, tendo a escola como o início de um convívio social. Por isso a BNCC preza pelos eixos estruturais, que são as interações e brincadeiras, possibilitando aprendizagens, desenvolvimento e socialização das crianças, onde a implementação deste documento norteador, prevê o alinhamento de mecanismos para acompanhar a aprendizagem pertinentes às crianças da Educação Infantil.

Da mesma forma, devem ser considerados na (re)elaboração dos currículos da Educação Infantil, segundo a BNCCEI (2019):

- A concepção de criança trazida pela BNCC
- Interações e brincadeiras como eixos estruturantes das práticas pedagógicas
- Os direitos de aprendizagem e desenvolvimento
- Arranjo por Campos de Experiências, respeitando as faixas etárias
- Intencionalidade educativa em todas as práticas pedagógicas
- Documentação pedagógica para acompanhar a progressão das aprendizagens e desenvolvimento
- [...] A experiência educativa da criança precisa ser considerada como o elo para pensar na trajetória escolar integralmente. (BNCCEI, 2019, p. 24)

Com a implementação da BNCC na Educação Infantil deve-se, dentre várias coisas, destacar:

Valorizar a importância da etapa da Educação Infantil no desenvolvimento dos indivíduos, ao longo de sua vida escolar. O PPP de uma instituição de Educação Infantil precisa contemplar a especificidade da etapa, seus temas centrais, o vocabulário da área, bem como marcar a centralidade das crianças nas escolhas feitas pela instituição. (BNCCEI, 2019, p. 27)

Pois dessa forma se possibilita a pensar a identidade da criança, refletindo os caminhos que a instituição da Educação Infantil deve seguir para atingir os objetivos e efetivar a implementação da BNCC, de forma a ver as mudanças necessárias, promover encontros com famílias e comunidade escolar para a discussão do PPP, pensar nos desafios e pautar na participação de todos. Pois é na etapa da Educação Infantil que as práticas devem ser planejadas de acordo com os campos de experiências.

Conforme a BNCCEI (2019), é muito importante saber que

Além de apoiar creches e pré-escolas na revisão de seus PPP's e produzir materiais de apoio, promover a formação continuada de professores é uma ação fundamental das secretarias municipais no processo de implementação dos novos currículos.

Ao planejar os eventos de formação continuada, o foco deve ser pensar e elaborar experiências e atividades que favoreçam a aprendizagem e o desenvolvimento dos bebês e crianças, os protagonistas de todo o trabalho pedagógico da Educação Infantil.

A formação dos professores nunca se esgota, precisa ser constantemente atualizada e ampliada, em função das transformações culturais pelas quais as sociedades passam. Os momentos de revisão curricular também são ocasiões que suscitam novas demandas formativas. (BNCCEI, 2019, p.36)

Nesse sentido, a BNCCEI (2019) deixa claro que a troca de experiências entre os professores nos momentos de formação se faz muito importante. As boas práticas em Educação Infantil faz parte dos aspectos pedagógicos na formação para a implementação da BNCC e refletir sobre a intencionalidade educativa na escola, que é pensar em todos esses aspectos de maneira estruturada e com objetivos e propostas claras de desenvolvimento dos bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas". (BNCCEI, 2019, p.43)

A Intencionalidade educativa requer mais do que pensar, requer saber e conhecer para trabalhar os materiais, os ambientes, os tempos e espaços, garantir os direitos das crianças, os processos de acolhimentos e principalmente as transições entre casa e creche, entre a creche e a pré-escola e entre a pré-escola e o ensino fundamental e tudo o que envolve acompanhamento das atividades, no sentido de continuação e

o que envolve o contexto da Educação Infantil.

2.3 A EDUCAÇÃO INFANTIL – SUA HISTÓRIA (CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS)

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica. Nesta etapa são atendidas crianças de 0 a 6 anos de idade, que permanecem na escola parte do dia ou o dia todo, conforme preconiza as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013), onde prevê que devem ser monitoradas pelos órgãos educacionais competentes, sendo assim entende criança como,

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2013, p. 97)

É diante do pensar da criança que os processos de aprendizagens na Educação Infantil devem ser idealizados, como diz Melo (2018), pois esses processos são diversos, segundo a autora, que afirma que deve ser oportunizada a exposição de ideias, vivências e sentimentos. Para ela o aprendizado acontece na interação com outras crianças e promove experiências que fazem parte da construção do conhecimento. Nesse sentido, está acordo com Base Nacional Comum Curricular (2017) onde os eixos estruturantes são o brincar e as interações, mediadas pelos professores sempre voltados para as características de cada criança.

As Diretrizes Curriculares da Educação Básica reforçam que:

[...] nessa etapa deve-se assumir o cuidado e a educação, valorizando a aprendizagem para a conquista da cultura da vida, por meio de atividades lúdicas em situações de aprendizagem (jogos e brinquedos), formulando proposta pedagógica que considere o currículo como conjunto de experiências em que se articulam saberes da experiência e socialização do conhecimento em seu dinamismo. (BRASIL, 2013, p. 37)

Mesmo sendo crianças pequenas e muito pequenas, os documentos nacionais norteiam o trabalho dentro de uma complexidade que é própria da etapa da Educação Infantil, entendendo a criança como o sujeito histórico em desenvolvimento e que as experiências proporcionadas nas escolas, possibilitam facilitar os anos seguintes na pré-escola e ensino fundamental. Para isso a BNCC traça os seis direitos de aprendizagem: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, que

norteiam as práticas pedagógicas e,

Asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural. (BRASIL, 2017, p. 37)

Por isso a implementação da BNCC foi pensada de forma mais abrangente possível para que as práticas pedagógicas fossem refletidas baseadas nos campos de experiências traçados pelo documento. Assim pode-se pensar que a construção do exercício da cidadania pode ser potencializada diante da qualidade das experiências que os planejamentos dos professores oferecem às crianças da Educação Infantil.

Pois segundo a BNCC e as Diretrizes, as crianças, mesmo sendo pequenas, deve ter seu desenvolvimento integral, abrangendo-a em todos os aspectos. A Base Nacional Curricular Comum (2017), com relação à Educação Infantil deixa explícito que os atos de educar e cuidar são indissociáveis do processo educativo para esta faixa etária.

Pode-se dizer que a história da Educação Infantil é um marco recente no Brasil. Somente nos últimos anos as crianças menores de sete anos de idade ganharam o direito de serem atendidas em creches e pré-escolas, com grande crescimento da demanda após essa liberação. Crescimento esse advindo do aumento cada vez maior do número de vagas ofertados pelas instituições escolares. (KUHLMANN, 1998)

Segundo Kuhlmann (1998), a primeira creche no Brasil, surgiu ao lado da Fábrica de Tecidos Corcovado, no ano de 1899, na cidade do Rio de Janeiro. Ainda em 1899, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro iniciou uma rede assistencial, que se espalhou por diversas localidades do país. De certa forma, pode-se ressaltar que as instituições de Educação Infantil, foram desenvolvidas com caráter puramente assistencial.

Até então, apenas crianças pequenas sem família eram atendidas em instituições. As Casas de Expostos recebiam os bebês abandonados nas “rodas” – cilindros de madeira que permitiam o anonimato de quem ali deixasse a criança – para depois encaminhá-los a amas que os criariam até a idade de ingressarem em internatos. (KUHLMANN JR, 2011, p. 473)

De acordo com Kuhlmann (2011), em 1879 no Rio de Janeiro foi lançado um jornal

chamado A Mãe de Família, sendo o Dr. Carlos Costa, médico especialista em moléstias das crianças, que redigiu o texto para o jornal.

O público-alvo do jornal seriam as mães burguesas e as senhoras fluminenses. O primeiro artigo do jornal “A Creche (asilo para a primeira infância)” faz referência à primeira creche de que se tem registro em nosso país. O mesmo chama a atenção da população brasileira para a importância da instituição, especialmente para as mães de família que necessitassem trabalhar e não tinham a quem confiar seus filhos. Em 1899 fundou-se o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, tendo como principais objetivos os serviços de puericultura e creche, destacando-se a distribuição de leite, consulta a lactantes, vacinação, etc. Nesse mesmo ano, ocorria a inauguração da creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado, primeira creche brasileira para filhos dos operários, também no Rio de Janeiro. (CAMPOS; PEREIRA, 2015, p. 27800)

Mas em 1875, a elite carioca pode contar com a fundação do “primeiro Jardim de infância fundando no Rio de Janeiro. O jardim de infância do Colégio Menezes Vieira”. (CAMPOS; PEREIRA, 2015, p. 27800). Mas, depois de dois anos, em 1877,

Foi fundada na escola americana, o primeiro jardim de infância em São Paulo, instituição também particular referenciada pelo modelo educacional norte-americano, kindergarten. Os primeiros jardins de infância brasileiros estavam pautados na concepção froebeliana na organização de suas práticas pedagógicas e contribuíram para a implantação do primeiro jardim de infância público do 27802 país. Em 1896, no período republicano é criado em São Paulo, o primeiro jardim de infância público anexo à Escola Normal Caetano de Campos. (CAMPOS; PEREIRA, 2015, p. 27801)

Segundo Campos; Pereira (2015) e Kuhlmann (2011), percebe-se influência de outros países no início da formação das instituições de Educação Infantil no Brasil, pois no Rio de Janeiro começa formas educacionais criadas pelo alemão Frederico Guilherme Froebel, em 1840 (que vê os primeiros anos fundamentais para o desenvolvimento da criança) e em São Paulo modelo educacional norte-americano, *Kindergarten* (voltado para crianças de 3 a 7 anos, com atividades que envolviam cuidado com o corpo, observar da natureza, entre outros como poesia e canto, trabalhos manuais, ensino moral e religioso e outros).

Algumas mudanças aconteceram no Brasil com relação à Educação Infantil, juntamente com o conceito de criança, onde a partir de 1940, surge uma nova proposta em São Paulo,

Essa nova instituição começa a se estruturar em São Paulo, vinculado ao recém criado Departamento da Cultura. A diferença desta proposta institucional era receber no mesmo espaço crianças de 3 ou 4 a 6 anos e crianças de 7 a 12 anos fora do horário escolar. Além disso, o parque infantil

valorizava a cultura popular, como o folclore, a produção cultural e artística, as brincadeiras e jogos infantis. No mesmo ano de criação, a proposta de parques infantis espalha-se pelo interior do Estado de São Paulo e chegando também a outros estados. Nessa mesma década foi criado o Departamento Nacional da Criança (DNCr), cuja finalidade era coordenar todas as iniciativas voltadas para a criança. Em 1942, o DNCr idealiza a Casa da Criança, uma instituição que reuniram todos os estabelecimentos de atendimento à infância. (CAMPOS; PEREIRA, 2015, p. 27804)

Kuhlmann (2000) diz que em 1885, a Secretária de Educação de São Paulo publica na seção Carta da Secretária, em uma edição especial da Revista Escola Municipal, um texto que destaca a história da Educação e comemora os 50 anos de pré-escola municipal. Seu intuito era de anunciar que mesmo com erros e acertos, a vontade política da construção de uma educação pública de qualidade para a pré-escola. O autor menciona que no Rio de Janeiro, na Conferência Nacional de Proteção à Infância, em 1933, foi discutido a importância da criança da pré-escola, ser vista não só pela perspectiva dos cuidados com a saúde, mas também pedagógica através do brincar. Dentro dessas transformações no que tange a Educação Infantil, Kuhlmann (2000) menciona que,

É durante o regime militar, que tantos prejuízos trouxe para a sociedade e para a educação brasileiras, que se inicia esta nova fase, que terá seus marcos de consolidação nas definições da Constituição de 1988 e na tardia Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996. A legislação nacional passa a reconhecer que as creches e pré-escolas, para crianças de 0 a 6 anos, são parte do sistema educacional, primeira etapa da educação básica. (KUHLMANN, 2000, p. 6)

Foi por meio da Constituição de 1988, a Educação Infantil estabeleceu como direito da criança a garantia de vagas em creches e pré-escolas. Enfatizando também, a gratuidade do ensino público para todas as crianças, independente de suas séries. Posteriormente a esse período as creches e pré-escolas foram oficialmente incluídas na política educacional, deixando de ter caráter assistencial, e passando a ter características pedagógicas. A perspectiva pedagógica visualiza a criança como um indivíduo social, histórico, na qual pertence a uma classe social e cultural própria. (BRASIL, 1998)

Dentre a contextualização da Educação Infantil no Brasil, é importante destacar as competências dos entes federados, não deixando passar o cumprimento do regime de colaboração, no qual deve conduzir as atividades educacionais direcionadas para a educação infância. (BRASIL, 1998)

A Constituição Federal atribuiu ao Estado o dever de garantir o atendimento às crianças de 0 a 6 anos em creches e pré-escolas (art. 208, IV), especificando que à União cabe prestar assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para garantir equalização das oportunidades e padrão mínimo de qualidade. (BRASIL, 1998)

No ano de 2001, aprovou-se o Plano Nacional de Educação, o mesmo destaque que os entes federados:

Na distribuição de competências referentes à Educação Infantil, tanto a Constituição Federal quanto a LDB são explícitas na corresponsabilidade das três esferas de governo – município, estado e União – e da família. A articulação com a família visa, mais do que qualquer outra coisa, ao mútuo conhecimento de processos de educação, valores, expectativas, de tal maneira que a educação familiar e a escolar se complementem e se enriqueçam, produzindo aprendizagens coerentes, mais amplas e profundas. Quanto às esferas administrativas, a União e os estados atuarão subsidiariamente, porém necessariamente, em apoio técnico e financeiro aos municípios, consoante o art. 30, VI, da Constituição Federal. (PNE, 2001)

É dessa forma que o Plano Nacional de Educação (PNE, 2001), o Capítulo sobre Educação Infantil, conta com diretrizes, objetivos e metas para dez anos, apresentando aspectos qualitativos e quantitativos. A Lei que instituiu o PNE determina que os estados, o Distrito Federal e os municípios desenvolvam seus planos decenais, de acordo com alguns preceitos:

- A educação e o cuidado das crianças de 0 a 6 anos são de responsabilidade do setor educacional.
- A Educação Infantil deve pautar-se pela dissociabilidade entre o cuidado e a educação.
- A Educação Infantil tem função diferenciada e complementar à ação da família, o que implica uma profunda, permanente e articulada comunicação entre elas.
- É dever do Estado, direito da criança e opção da família o atendimento gratuito em instituições de Educação Infantil às crianças de 0 a 6 anos.
- A educação de crianças com necessidades educacionais especiais deve ser realizada em conjunto com as demais crianças, assegurando-lhes o atendimento educacional especializado mediante avaliação e interação com a família e a comunidade.
- A qualidade na Educação Infantil deve ser assegurada por meio do estabelecimento de parâmetros de qualidade.
- O processo pedagógico deve considerar as crianças em sua totalidade, observando suas especificidades, as diferenças entre elas e sua forma privilegiada de conhecer o mundo por meio do brincar.
- As instituições de Educação Infantil devem elaborar, implementar e avaliar suas propostas pedagógicas a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil e com a participação das professoras e dos professores. (PNE, 2001)

Assim, diante do contexto histórico da Educação Infantil, esses preceitos foram formulados de modo a assegurar a qualidade da educação para crianças de 0 a 6 anos.

Gomes (2017) apresenta em sua análise, que no período mais recente (2012-2014), identifica-se um esforço maior de expansão das matrículas da pré-escola nas regiões Norte e Sul, com aumento significativo, mas cada região enfrenta desafios próprios para alcançar o ideal e que devem ser considerados em análises para as posteriores ações do governo. A autora deixa claro que em 2016 a Lei nº 13.348/2016 estabelece que aos municípios que ampliaram a oferta, aumentando o número de matrículas, terão direitos a requer alguns recursos.

Assim, Gomes (2017) afirma que:

Dados do Censo Escolar mostram, por exemplo, que uma porcentagem não desprezível de estabelecimentos da rede pública não dispõe de água filtrada e um número significativo deles não conta com parque infantil, justamente em uma etapa da educação básica em que cuidados básicos com a saúde e a experiência de brincar demonstram ser elementos fundamentais para o desenvolvimento infantil. (GOMES, 2017, p.38)

A autora defende que os esforços não devem ser medidos só para melhorar a estrutura física das instituições, mas considerar os aspectos como disponibilidade de materiais pedagógicos e brinquedos, oferta de programas suplementares, formação dos profissionais e currículo.

Nesse sentido, ela vê como importante o registro da “inclusão da Educação Infantil na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)”. Inclusão que colabora para consolidar a educação infantil como etapa integrante da educação básica”.

A proposição de uma BNCC para a educação infantil deu-se a partir do marco legal já consolidado e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009), que definem a brincadeira e as interações como eixos que devem orientar as práticas pedagógicas nessa etapa. (GOMES, 2017, p. 40)

A proposta da BNCC, no que tange a Educação Infantil, reconhece dois aspectos fundamentais:

O primeiro diz respeito aos modos como as crianças, desde bebês, se relacionam com o mundo. É na relação com o outro que elas se constituem

e se apropriam de formas culturais de observar o mundo social e natural ao seu redor, de indagar sobre ele, levantar hipóteses, expor suas opiniões e criar modos de intervir. Nesse processo, manifestam-se de forma integrada o afeto, a emoção, os saberes, a linguagem, a ludicidade, a cultura. [...]

O segundo ponto chama a atenção para o reconhecimento de que as práticas cotidianas vividas nas instituições educacionais formam um contexto que atua nos modos como as crianças e adultos vivem, aprendem e são subjetivadas/os, desde o nascimento, com fortes impactos para sua própria identidade pessoal e social e para o modo como se relacionam socialmente com os/as demais. (BRASIL, 2016, p. 55)

Nesse sentido, a BNCC foi traçada e estruturada de forma a atender adequadamente a primeira etapa da Educação, onde o professor como mediador, tem esse documento nacional como norte para suas práticas educativas, onde teve sua terceira revisão em 2017, entendendo que essa forma estruturada por idade vai contribuir para as práticas respeitando as idades. É partindo dessas premissas que o PNE também prevê a formação para os professores e outros profissionais da educação.

Com relação à Educação Infantil,

A expressão educação “pré-escolar”, utilizada no Brasil até a década de 1980, expressava o entendimento de que a Educação Infantil era uma etapa anterior, independente e preparatória para a escolarização, que só teria seu começo no Ensino Fundamental. Situava-se, portanto, fora da educação formal. Com a Constituição Federal de 1988, o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 6 anos de idade torna-se dever do Estado. Posteriormente, com a promulgação da LDB, em 1996, a Educação Infantil passa a ser parte integrante da Educação Básica, situando-se no mesmo patamar que o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. E a partir da modificação introduzida na LDB em 2006, que antecipou o acesso ao Ensino Fundamental para os 6 anos de idade, a Educação Infantil passa a atender a faixa etária de zero a 5 anos. (BRASIL, 2017, p.35)

Assim, a Educação Infantil foi incluída no processo de implementação da BNCC nas escolas brasileira, em um mesmo patamar que o Ensino Fundamental e Médio, com todos os cuidados às suas particularidades, sem deixar de ser valorizada em todos seus aspectos, inclusive de valorizar às comunidades onde as creches estão inseridas.

2.4 A EDUCAÇÃO INFANTIL E A BNCC, MUDANÇAS E PERSPECTIVAS

A Base Nacional Curricular Comum (2017), para a Educação Infantil, concordando com as Diretrizes (2010), em relação aos saberes e conhecimentos, estrutura-se em cinco campos de experiências que abarcam os objetivos de aprendizagem e

desenvolvimento: O eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; e Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Esses campos de experiências asseguram os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se. Dessa forma, os objetivos traçados pelos professores em seus planejamentos podem ter mais relevância, possibilitando atingir aos objetivos peculiares à Educação Infantil. Nesse sentido, “os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural”. (BRASIL, 2017, p. 38)

A BNCC, no que se refere à Educação Infantil, contém as descrições dos objetivos de aprendizagens organizados para facilitar uma consulta nos momentos de planejar as atividades, pois é separada por idade. De forma a garantir que os direitos de aprendizagem das crianças sejam contemplados, a base está estruturada em cinco campos de experiências.

O MEC lançou, em 2018, um documento para melhor compreensão por parte dos professores, da Base Nacional Comum Curricular. É o Guia de Implementação da Base Nacional Comum Curricular, com a finalidade de abranger a rede estadual e municipal, com o intuito de orientar e rever a elaboração do currículo, de forma colaborativa, para estruturar a implementação da BNCC, pensando nas mudanças, tendo como foco o professor e sua prática na sala de aula, para não perder de vista a adequação e/ou desenvolvimento de materiais didáticos, indicadores de aprendizagem e formação de professores.

Ao estudar as referências curriculares, o Guia de Implementação da Base Nacional Comum Curricular, afirma que “é preciso estudar e entender a proposta da BNCC, o histórico curricular local, as pluralidades e diversidades dos vários documentos existentes, incluindo os currículos dos municípios. Esse mergulho enriquece o debate e qualifica as contribuições”. (MEC, 2018, p. 19) Com relação à (re)elaboração curricular este documento aborda os desafios que giram em torno de:

Cuidar para que o processo maximize e valorize a participação de todos os profissionais das redes estadual e municipais e escolas públicas e privadas;

que a estrutura e a proposta estejam claras e tenham coerência (na terminologia e na concepção de aprendizagem) e que o produto tenha uma progressão adequada que garanta as aprendizagens previstas na BNCC dialogando com a realidade local. (MEC, 2018, p. 24)

A BNCC, no que concerne a Educação Infantil, está organizada em um quadro de cada campo de experiências. Esse quadro é organizado em colunas, sendo três, uma para cada faixa etária onde os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento estão dispostos. Em cada linha do quadro, está apresentando os objetivos para cada faixa etária, mas pertencente um mesmo aspecto do campo de experiências. (BRASIL, 2017, p. 26)

Barbosa (2019) aborda que o documento ficou pronto depois algumas revisões, incluindo o Ensino Médio, estando pronta a última versão em 2017, sendo especificamente a Educação Infantil investe na concepção de infância “superando a visão de passividade das crianças em seus processos de educação e de socialização”. Nesse sentido a Base Nacional Comum Curricular estabelece uma divisão na Educação Infantil subdividindo em três grupos pela idade prevendo planejamentos com ampliação das experiências para fortalecer as novas aprendizagens: a Creche em Bebês, (0 a 1 ano e 6 meses) e Crianças Bem Pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses), sendo depois a pré-escola Crianças Pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses).

Com relação aos objetivos de aprendizagem preconizados pela BNCC Barbosa (2019), menciona,

Que as crianças podem desempenhar um papel ativo para consolidar os seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento no cotidiano da Educação Infantil. Desta maneira, acolher e possibilitar experiências educativas, no que tange aos aspectos sensoriais, expressivos, corporais, de movimento e de cuidado, contidos na organização curricular, sinalizam para uma educação que valoriza construções de significados e ambientes desafiadores para as crianças, atendendo as suas diversas especificidades.

Nessa perspectiva, entende-se a necessidade de rever os planejamentos das práticas pedagógicas, com base nas interações e nas brincadeiras, articulando com os campos de experiências, que conforme a BNCC “constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural”. Nesse sentido, a BNCC está em concordância com as Diretrizes Nacionais Comum

Curriculares da Educação Básica, no que se refere as experiências e saberes do cotidiano da Educação Infantil.

Barbosa (2019) aponta ainda que a BNCC avança com relação aos:

Direitos das crianças, a compreensão do seu desenvolvimento integral e os campos de experiência. Em relação a ideia de compreensão do desenvolvimento integral das crianças, o documento se pauta nos aspectos éticos, políticos e estéticos, como um espaço de vida e formação humana. Nesse sentido, o princípio ético estaria relacionado ao direito de conviver, com a possibilidade de aprender a conhecer-se, evidenciando a alteridade e a socialização das crianças. No que se refere ao aspecto político, as crianças ao participarem dos diferentes grupos e expressarem suas opiniões e desejos estariam agindo democraticamente. E, em relação ao aspecto estético, as crianças exerceriam esse direito ao explorar o mundo e ao inventar suas brincadeiras. (BARBOSA, 2019, p. 162)

A BNCC não exclui os documentos anteriores, até porque descreve de que forma é baseada neles nos quesitos campos de experiências, eixos estruturais e objetivos para a aprendizagem, e trás ainda, contribuições importantes no que tange o trabalho pedagógico envolvendo o lúdico nas práticas da sala de aula. A BNCC frisa que o professor deve oferecer uma diversidade de experiências para a construção dos saberes das crianças, atuando como mediador, refletindo, selecionando, organizando e planejando para garantir a promoção do desenvolvimento pleno das crianças.

O Currículo do Estado do Espírito Santo, ao se referir à Educação Infantil, cita os princípios éticos, políticos e estéticos que representam valores, referências e preceitos morais que norteiam as condutas da sociedade. Esses princípios são descritos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil⁷⁷ (DCNEI) (BRASIL, 2009), documento que orienta esta etapa até a revisão da BNCC, que discorre que é através desses princípios que a educação deve responder as demandas de formação do aluno enquanto sujeito histórico.

Os Princípios Estéticos abordam a “valorização da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades”. Já os Princípios Políticos, falam dos “direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática”. Por fim,

⁷⁷ Brasil. Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010.

os Princípios Estéticos, trata da “valorização da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais”. (ESTADO, 2018, p. 49). As instituições de Educação Infantil devem garantir e assegurar que o professor contemple esses princípios em seu trabalho educativo.

Com a implantação da BNCC, esses princípios, que foram diluídos em seis grandes direitos de aprendizagem devem ser garantidos a todas as crianças, no cotidiano das instituições de educação infantil, que são os de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. As características e peculiaridades das crianças, que hoje frequentam as unidades de Educação Infantil, devem impulsionar os educadores a garantir que os direitos de aprendizagem sejam mediadores de significativas aprendizagens, conferindo intencionalidade às práticas pedagógicas, a fim de contemplar as diferenças e diversidades, características da infância, conforme preconiza a BNCC. (BRASIL, 2017)

Assim, faz-se importante alinhar, com os profissionais de cada instituição, os conceitos sobre a infância, tempos, espaços escolares, sobre as concepções teóricas adotadas para a elaboração de currículos, que respondam aos questionamentos e subsidiem intervenções intencionais nos processos de ensino e aprendizagem.

Considerando assim,

Concepção de criança como ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social não deve resultar no confinamento dessas aprendizagens a um processo de desenvolvimento natural ou espontâneo. Ao contrário, impõe a necessidade de imprimir intencionalidade educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil, tanto na creche quanto na pré-escola. (BRASIL, 2017, p. 38)

Diante dessas premissas, o Currículo do Espírito Santo (2018) deixa claro que “a intenção educativa deve consubstanciar tanto o planejamento, a organização do ambiente pedagógico pelo professor e o acompanhamento e avaliação da aprendizagem e desenvolvimento da criança”. (ESTADO, 2018, p. 50)

Dessa forma, o Currículo do Espírito Santo menciona sobre o planejamento do professor, que implica em “atribuir sentido e intencionalidade ao que será ensinado”,

mas deixa claro que a escola juntamente com os professores deve refletir a realidade local, levando em conta identidade das crianças e das suas experiências familiares. (ESTADO, 2018, p. 50)

Diante do processo de implementação da BNCC, as perspectivas relacionadas ao trabalho educacional giram em torno de mudar o pensamento para que a criança trabalhe na construção do seu próprio conhecimento, sendo assim, que os professores possam trabalhar de acordo com as competências que estão definidas pela BNCC.

Com as mudanças no olhar do professor para as práticas, o planejamento passa por alterações, por isso a importância da implementação da BNCC de forma abrangente, onde juntamente com os conteúdos, a tecnologia é inserida e novos formatos de avaliações propostos.

2.5 O PLANEJAMENTO EDUCACIONAL NA ETAPA EDUCAÇÃO INFANTIL

O planejamento, por Vasconcellos (2000), deve ser percebido como um instrumento que tem a capacidade de adentrar em uma situação da realidade e transformá-la, sendo necessário para isso acontecer de forma atenta, direcionada e organizada para promover as transformações pensadas. O autor ainda diz que o planejamento possibilita antecipar-se ao conjunto de ações e agir da forma como foi pensado. (VASCONCELOS, 2000, p. 79)

Vasconcellos (2000, p. 95) aborda níveis do planejamento. O autor cita o planejamento da escola que se refere ao Projeto Político-Pedagógico ou projeto educativo, sendo esse plano integral da instituição. Nesse nível envolve tanto o campo pedagógico quanto o comunitário. O Planejamento Curricular se refere à proposta geral das experiências de aprendizagem que a instituição escolar oferece, baseados nos componente curriculares. Segundo Vasconcellos (2000, p. 96), outro nível de planejamento é o Projeto de Ensino Aprendizagem, “que é o planejamento mais próximo da prática do professor e da sala de aula, diz respeito mais restritamente ao aspecto didático. Pode ser subdividido em projeto de curso e plano de aula”. Esses são desenvolvidos por certo período, especificado na metodologia do planejamento,

abrangendo outras disciplinas também.

Dessa forma percebe-se que o planejamento organiza as ações dos professores com relação à sua prática na sala de aula. Vasconcellos (2000, p. 159) frisa que o planejamento pode e deve ser flexível também, pois o autor entende que o professor pode se tornar “tirano da ação” ou a ação se tornar um simples registro, um jogo de palavras, desconectado dos objetivos da prática.

Cada planejamento é feito em um determinado nível de abrangência de tempo e territorialidade. O Planejamento Educacional é um planejamento com uma abrangência maior, é um planejamento do Sistema de Educação que pode corresponder ao nível Federal, Estadual ou Municipal, que “incorpora e reflete as grandes políticas educacionais”. (VASCONCELLOS, 2000, p. 95)

O planejamento da escola ou Planejamento escolar é definido por Alves (2011) como “atividade que envolve o processo de reflexão, de decisões sobre a organização, o funcionamento e a proposta pedagógica da instituição”. A autora discorre que “um bom Planejamento Escolar feito na primeira semana do ano letivo, certamente, evitará problemas futuros” e que por esse motivo, no início do ano letivo as escolas organizam a semana pedagógica, para reunir professores, pedagogos e outros profissionais que compõem o corpo docente para planejarem os dias letivos do ano a se seguido. Assim a autora deixa claro tudo o que é necessário para planejar, elaborar e discutir entre os profissionais:

1. as diretrizes quanto à organização e à administração da escola,
2. normas gerais de funcionamento da escola,
3. atividades coletivas do corpo docente,
4. o calendário escolar,
5. o período de avaliações,
6. o conselho de classe,
7. as atividades extraclasse,
8. o sistema de acompanhamento e aconselhamento dos alunos e o trabalho com os pais,
9. as metas da escola e os passos que precisam ser dados, durante o ano, para atingi-las,
10. os projetos realizados no ano anterior,
11. os novos projetos que serão desenvolvidos durante o ano,
12. os temas transversais que serão trabalhados e distribuí-los nos meses,
13. revisar o PPP. (ALVES, 2011, p. 2-3)

Alves (2011) faz menção às palavras de Vasconcellos (2000) e diz que alguns

profissionais não vêem a importância do planejamento, pois alegam que “o trabalho em sala de aula é dinâmico e imprevisível; faltam condições mínimas, como tempo; e existe o pensamento de que nada vai mudar e, portanto, basta repetir o que já tem sido feito”. Mas também menciona que alguns acreditam no planejamento, mas não concordam com a forma como é realizado.

Em concordância com Vasconcellos (2000), Alves (2011) diz que o plano de ensino ou plano curricular se refere ao trabalho de organização para a formulação de um plano que servirá de instrumento para a orientação da vida escolar de uma instituição.

O planejamento de ensino, conforme Alves (2011) menciona, se refere à organização pedagógica para a sala de aula, para as atividades práticas que serão concretizadas com os alunos, organizada para o desenvolvimento da aprendizagem. Em uma hierarquia nos diferentes níveis de planejamento, percebe-se que uma mudança na estrutura a nível nacional, desencadeia uma mudança em todos os níveis até chegar à sala de aula, na prática com o aluno.

Com os planejamentos organizados, esses compõem o Plano Escolar, que é baseado nas práticas escolares, apresentando as decisões das práticas pedagógicas, se tornando um guia para o trabalho na escola, sendo fruto dos planejamentos dos professores, conforme afirma ALVES (2011), que na instituição escolar se refere ao Projeto Político Pedagógico formado de acordo com a realidade escolar, envolvendo em sua formulação os profissionais da escola, da comunidade, os pais e alunos.

O Plano Educacional a nível nacional é reformulado a cada dez anos e tem como objetivo organizar e unificar a educação, com metas para atingir para promover uma educação de qualidade. Os planejamentos citados acima, apesar de serem formulados de acordo com a realidade de cada município, são baseados no Plano Nacional de Educação, o PNE e na BNCC (BRASIL 2017), onde deve abranger todas as características relacionadas à Educação Infantil.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa propõe analisar e refletir sobre a percepção dos professores com relação à Base Nacional Comum Curricular nos diferentes níveis de planejamento da Educação Infantil, mais especificamente da Creche que atende a crianças de 0 a 3 anos e 11 meses. Sendo esta uma etapa que exige do profissional da educação um entendimento que o educar e o cuidar não se separam, conforme discorre a BNCC, que deixa claro que esse entendimento envolve diversificar e consolidar novas aprendizagens às crianças, acolhendo-as com suas vivências e conhecimentos trazidos por elas para a sala de aula. (BRASIL, 2017, p. 36)

Nesse sentido, uma revisão bibliográfica onde autores, outros pesquisadores e os documentos nacionais constituem o aporte teórico dessa pesquisa e proporcionam informações consistentes voltadas para a temática.

Para ter um olhar amplo relacionado ao que os professores planejam para suas práticas e como compreendem, que os norteamentos vindos da BNCC devem estar descritos e articulados em todos os níveis dos planejamentos, este trabalho utiliza um estudo de caso, com uma abordagem qualitativa, conforme aponta Lüdke e André (2013).

3.1 TIPOS DE PESQUISA

A pesquisa qualitativa, segundo Lüdke e André (2013), tem se tornando de uso frequente de pesquisadores da área da educação, pois para as autoras, a abordagem qualitativa permite ao pesquisador manter um contato mais direto com a situação pesquisada.

Sendo de abordagem qualitativa, será utilizado um levantamento bibliográfico e como instrumento para a coleta de dados, será realizado um grupo focal com os professores, do CMEI “Santa Lúcia”, do Município de Presidente Kennedy. Dessa forma será possível aproximar da realidade dos professores nos momentos de seus planejamentos ao utilizarem a Base Nacional Curricular Comum para garantir que as práticas estejam contemplando os direitos de aprendizagem, abrangendo os campos

de experiências contemplados pela Base, bem como analisar como os outros níveis de planejamentos são absorvidos pelos professores, visto que interferem nos seus.

Para Lüdke e André (2013) na pesquisa qualitativa, supõe que o pesquisador tenta contato direto com as pessoas, o ambiente ou o fenômeno a ser investigado. Os autores entendem que o pesquisador, ao estudar o problema, estará refletindo como ele se manifesta nas atividades e nas interações corriqueiras.

Prodanov; Freitas (2013, pag. 70) discorrem que na qualitativa “O processo e seu significado são os focos principais de abordagem”, sendo uma forma de analisar menos formal, que necessita de narrações, descrições, esquemas e outras formas de obter os dados.

Em se tratando de abordagem qualitativa, o recurso a ser utilizado é um estudo de caso, onde Prodanov; Freitas (2013) se referem a ele como

O estudo de caso consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa. É um tipo de pesquisa qualitativa e/ou quantitativa, entendido como uma categoria de investigação que tem como objeto o estudo de uma unidade de forma aprofundada, podendo tratar-se de um sujeito, de um grupo de pessoas, de uma comunidade etc. São necessários alguns requisitos básicos para sua realização, entre os quais, severidade, objetivação, originalidade e coerência. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 60)

Para os autores, o estudo de caso pode ser definido como uma estratégia de pesquisa que pretende refletir sobre uma manifestação inserida em um contexto, que exige do pesquisador um equilíbrio e capacidade nas observações, entendo que o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa abrangente.

Dito isso, o estudo de caso vem sendo utilizado com frequência pelos pesquisadores sociais, visto servir a pesquisas com diferentes propósitos, como:

- explorar situações da vida real cujos limites não estejam claramente definidos;
- descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação;
- explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitem a utilização de levantamentos e experimentos. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 62)

No estudo de caso o pesquisador pode se utilizar de diversos métodos para a coleta

de dados. Escolhe-se aqui o grupo focal, entendendo que esta é a melhor forma de explorar as situações dos momentos de planejamentos dos professores, sujeitos desta pesquisa.

Oliveira (2020) entende o grupo focal como um método para coleta de dados em uma abordagem qualitativa, descrevendo que

Na abordagem qualitativa, o pesquisador é parte integrante e ativa do processo de produção/elaboração do conhecimento, analisando e interpretando os dados obtidos, atribuindo-lhes um sentido contextualizado. O dado analisado não é hermético, cristalizado e neutro, possui sentidos e relações que os indivíduos criam a partir de suas próprias ações e reações sobre o tema estudado. (OLIVEIRA, 2020, p. 02)

Já com relação ao grupo focal, Oliveira (2020) diz ser uma modalidade de entrevista, através da reunião de várias pessoas em um mesmo lugar, “com a finalidade de se obterem informações consideradas fundamentais para a compreensão do fenômeno objeto da investigação”. (OLIVEIRA, 2020, p. 02)

Assim, é realizada uma roda de conversa e de forma coletiva se expõem as ideias e tecem-se comentários, conforme menciona Oliveira (2020), onde a intenção do pesquisador deve ser clara e objetiva, tendo o foco da conversa bem definido. O autor defende que, para um grupo focal acontecer, deve se ter participantes com características em comum, pois não deve ser um grupo feito de forma espontânea, o que traz a facilidade para o pesquisador abordar as questões que pretende investigar, porque depois terá que analisar o diálogo que acontecerá no momento do grupo.

Assim Oliveira (2020) traça importantes reflexões de como deve acontecer um grupo focal:

No desenvolvimento do trabalho nos grupos focais, o pesquisador evita posicionar-se, fazer indagações diretas, sintetizar o debate realizado ou propor ideias que de alguma forma provoquem interferências na maneira dos indivíduos pensarem e expressarem seus saberes. Se o objetivo pretendido pelo pesquisador é conhecer o que pensa um participante sem a interferência dos outros, a técnica de grupos focais não é considerada a mais apropriada. Em virtude disso, as questões pensadas e produzidas pelo pesquisador para desenvolver a entrevista no Grupo Focal devem ser capazes de estabelecer, estimular e manter o debate entre os participantes, sem que isso seja equiparado a uma preocupação com a formação de consensos. É obvio que algumas assertivas causam mais polêmicas que outras, gerando ações e reações que ora convergem ora divergem. Durante a entrevista, o mais importante é criar as condições necessárias para que todos os colaboradores

tenham as mesmas oportunidades de apresentar suas concepções e que elas sejam debatidas e analisadas pelo grupo. (OLIVEIRA, 2020, p. 09)

Assim, o grupo focal precisa ser como um momento descontraído, mas com foco na conversação, para que os participantes se sintam à vontade para que também o pesquisador consiga compreender o debate. Para Oliveira (2020), os dados coletados em um grupo focal, podem revelar “informações mais detalhadas do que daqueles obtidos a partir de outros tipos de levantamentos, tais como o uso de questionários, entrevistas pessoais e outras formas utilizadas pelas pesquisas individuais”.

(OLIVEIRA 2020, p. 09)

3.2 SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos da pesquisa que irão compor o grupo focal, são 7 professores, que compõem o corpo docente do CMEI “Santa Lúcia”. São eles que se reúnem para realizarem os planejamentos das práticas que acontecem na sala de aula.

O planejamento feito pelos professores, segundo a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL 2017), é que vai acompanhar o desenvolvimento das crianças, por isso a pesquisa busca apresentar o que permeia nos momentos de planejamento e orientações pedagógicas aos professores, para garantir os direitos de aprendizagem das crianças conforme a Base (BRASIL 2017), visto que esta trás propostas recentes de tempos, espaços e situações.

Como os planejamentos estão estabelecidos em vários níveis (o planejamento escolar deve ser estruturado e articulado através de três níveis: o planejamento da escola, o plano de ensino ou plano curricular e o plano de aula), como menciona Vasconcellos (2000), que não limita apenas ao planejamento do professor. Nesse sentido, é inevitável que o olhar esteja mais amplo abrangendo o pedagógico e a direção da escola, que além de ser apoio para os docentes, são fundamentais na elaboração dos outros planos. (VASCONCELLOS, 2000)

3.3 LOCAL DA PESQUISA

A Educação Infantil do Centro Municipal de Educação Infantil CMEI “Santa Lúcia” é

regida pela secretaria Municipal de Presidente Kennedy-ES e atende, na modalidade creche, crianças de 0 a 3 anos de idade incompletos. São crianças que ficam no tempo integral, levados para a escola pela família, quando moram perto, ou de ônibus, quando moram em comunidades mais distantes e que não possuem creche. O município de Presidente Kennedy é em sua maior parte rural, sendo propício para as plantações de mandioca, milho, cana de açúcar e criação de gado, por isso o público do CMEI “Santa Lúcia” tem um perfil mais rural.

Santa Lúcia é o nome da comunidade onde o CMEI está inserido, que dá o nome à instituição. Está localizada próxima à uma BR 101 e fica um pouco distante do centro do município. Pelo fato de não haver sinal de telefone celular, a comunicação se dá pela internet que o município disponibiliza para todas as comunidades rurais. Através da pesquisa será possível trazer mais detalhes que permitem conhecer a realidade sócia, histórica e cultural do público da escola e compreender a contextualização dos planejamentos das práticas escolares.

3.4 REALIZAÇÃO DA PESQUISA

A parte da pesquisa que se refere ao levantamento bibliográfico é o início da para compreender à luz da literatura, o que diz respeito aos planejamentos baseados na Base Nacional Comum Curricular, assim como o trabalho dos professores na fase da Creche, escolhida como base para esta pesquisa. Também dos documentos nacionais e autoras a cerca da Educação Infantil, consultados com o intuito de abordar e compreender sobre os aspectos que envolvem o planejamento para as creches. Essa parte do estudo acontece em todos os momentos da pesquisa, pois, os autores são consultados com frequência para dialogar com os dados obtidos com os sujeitos pesquisados.

Com relação às informações obtidas nesse estudo de caso, essas tem previsão pra acontecer no mês de setembro de 2021. Esse será o momento de realizar o grupo focal, com os professores do CMEI “Santa Lúcia”, que acontecerá de fora presencial seguindo as devidas orientações de cuidados e distanciamento da COVID-19 onde a conversação deste momento será gravada, para posterior análise.

Para Oliveira (2020)

A expressão verbal que é manifestada nos grupos focais não é simplesmente uma descrição ou mera exposição oral; ela é, sobretudo, uma forma de pensamento que decorre do diálogo, da troca de ideias, da análise dos fatos que vão sendo relatados. Parte-se do pressuposto que todas as ideias, valores, crenças e concepções que são apresentadas devem ser debatidas e analisadas pelos participantes. Em consequência, as informações produzidas ou aprofundadas no grupo são essencialmente de natureza qualitativa. (OLIVEIRA, 2020, p. 10-11)

Assim, será antecipadamente, conversado com os 7 professores para um momento em que todos possam estar presentes no momento do grupo focal. A previsão limite é de no máximo uma hora e meia, onde primeiramente será feita uma apresentação da pesquisa e depois, de forma objetiva, mas descontraída, pretende-se iniciar a reunião com as questões pertinentes ao assunto, com o intuito de compreender as ideias apresentadas pelos professores no que tange seus planejamentos e sua relação com a BNCC, para obter uma maior quantidade de detalhes, aprofundando o assunto, sempre envolvendo e participando quando necessário para proporcionar facilidade nas trocas de ideia, sem muitas interferências, mas moderando a conversa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em dezembro 2017 a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) teve seu texto revisado e, na terceira edição, foi homologada. Houve um movimento de implementação deste documento nas escolas, para estruturação do ensino, com determinações das competências, habilidades e aprendizagens que visam o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes.

A Educação Infantil, sendo a primeira etapa da Educação Básica, também esteve incluída nesse processo de implementação. A BNCC oferece uma estrutura de organização no que se refere aos Campos de Experiências e Objetivos de Aprendizagem organizados por faixa etária.

Diante da proposta de implementação da BNCC o governo lançou algumas informações para que os gestores preparassem através de formações, os professores da escola no sentido de compreender e utilizar a BNCC em seus planejamentos, visto que a educação teria em todos os níveis, seus planejamentos articulados com este documento, que norteia aos municípios e escolas na reestruturação dos seus currículos.

A proposta deste trabalho é de analisar e refletir sobre a percepção dos professores com relação à Base Nacional Comum Curricular nos diferentes níveis de planejamento da Educação Infantil, mais especificamente da Creche que atende a crianças de 0 a 3 anos e 11 meses. A escola escolhida foi o CMEI “Santa Lúcia” pelo fato de trabalhar e sentir também a dificuldade em compreender e articular os planejamentos com a BNCC.

A BNCC é um documento que segue os princípios das Diretrizes Curriculares da Educação Básica (BRASIL 2013), como os princípios éticos, políticos e estéticos. Sendo assim, no que tange o trabalho com Educação Infantil, o cuidar e o educar estão presentes nas práticas escolares, dentro dos eixos estruturantes desse trabalho, que são as interações e a brincadeira.

No ensejo, pensando nos professores, essa pesquisa propôs um grupo focal com

intuito de analisar as dificuldades que esses profissionais têm de compreender a articulação dos seus planejamentos com a BNCC. O grupo focal proporcionou uma aproximação da realidade dos professores do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) “Santa Lúcia” do município de Presidente Kennedy, que trouxeram reflexões expressivas no que diz respeito aos planejamentos alinhados a BNCC.

O grupo focal foi o recurso utilizado nessa pesquisa como coleta de dados. Conforme Oliveira (2020), o grupo focal é um formato de entrevista com a finalidade de obter informações que se consideram fundamentais do grupo selecionado, que neste caso são os professores do CMEI.

O grupo focal ocorreu no dia 30 de setembro de 2021, com os 7 professores da Educação Infantil do CEMEI Santa Lúcia, conforme previsto na metodologia para os diálogos e reflexões. O ambiente foi preparado antecipadamente para que o grupo de professores sentisse à vontade, seguido de cuidados e distanciamento conforme as normas da COVID-19, para que de forma tranquila, os professores pudessem fazer suas exposições, com álcool à disposição e todos com máscaras protetivas.

Seguindo o que diz Oliveira (2020) os grupos focais, são essencialmente de natureza qualitativa, pois é uma forma de diálogo através de troca de ideias e da análise dos fatos que estão em discussão, nesse caso, as dificuldades que os professores encontram ao realizarem seus planejamentos articulados com a BNCC.

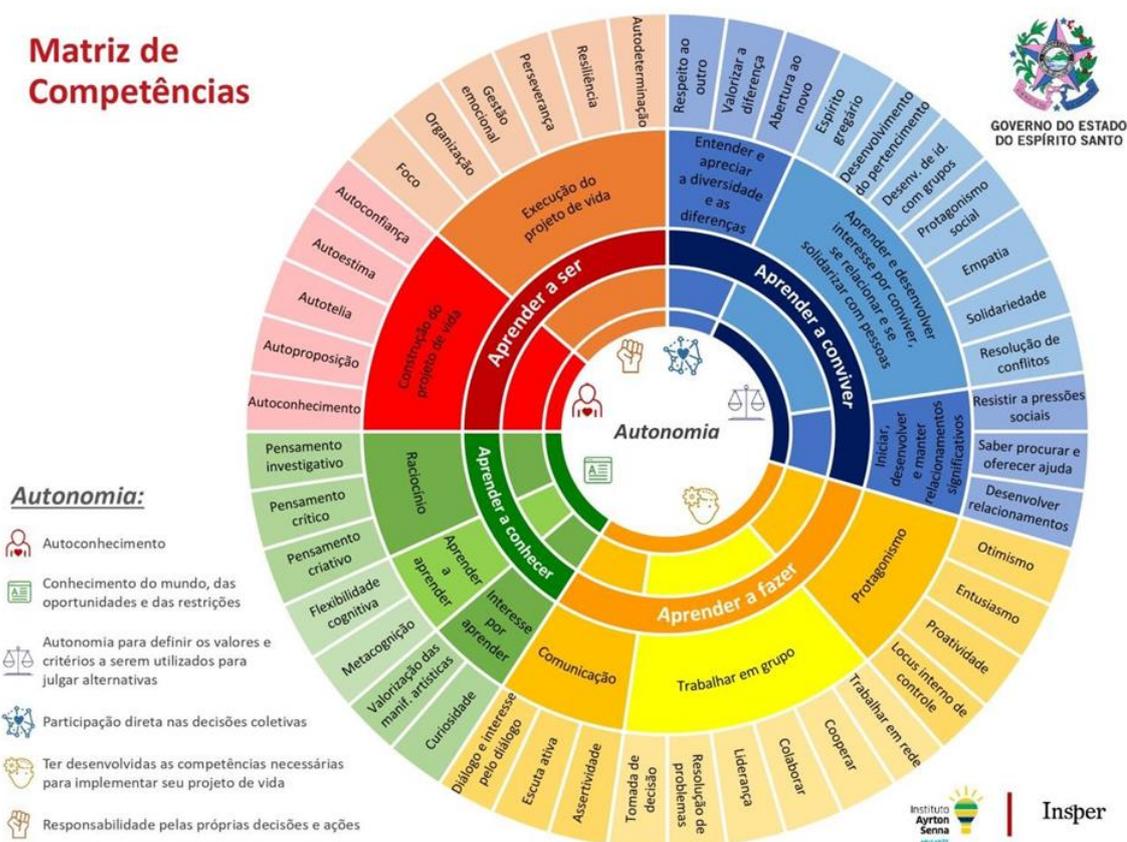
Ao iniciar o grupo focal, me apresentei como aluna do Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré, que decidi, como pesquisadora desse curso e professora da Educação Infantil, trazer reflexões diante da dificuldade de processar o novo norteamento que a Base Nacional Comum Curricular conduz.

As professoras receberam uma letra cada uma, identificando suas respostas, sendo 7 professoras, as letras foram distribuídas em ordem alfabética de A a G e o que essas professoras da Educação Infantil têm em comum é atuarem na mesma etapa de educação e serem regentes das turmas da mesma escola. A primeira pergunta para saber qual o primeiro contato que as professoras tiveram com a BNCC e qual a

primeira impressão deste documento.

A professora A disse que foi no ano de 2019, no CMEI Santa Lúcia quando a pedagoga fez apresentação da Mandala⁸⁸ da BNCC, esse foi o primeiro contato que tive.

A manda é formada por anéis que dialogam um com outro, pois ela foi pensada para servir de auxílio e orientação para as estratégias pedagógicas voltadas para a Educação Integral, conforme descreve o conteúdo do curso. Nessa formação a mandala tem como ponto de partida o olhar sobre a centralidade do aluno, com o intuito de garantir seu desenvolvimento em todas as áreas: intelectual, física, emocional, social e cultural. Dentro do conteúdo da formação, a mandala foi disponibilizada aos profissionais que participavam da formação, conforme o desenho a seguir:



⁸⁸ Mandala: representa, a partir de uma abordagem sistêmica, a proposta pedagógica de articulação, integração e interação entre as áreas do conhecimento e os saberes locais, entre escola e comunidade, nas diferentes etapas, considerando o estudante como o centro do processo educativo.

Dessa forma a mandala apresenta-se de forma organizada de acordo com a estrutura da BNCC, reunindo tudo o que se refere ao desenvolvimento, com cada parte dialogando uma com a outra, culminando no desenvolvimento a partir da autonomia, ou seja, do fazer do aluno.

A professora B disse que não se lembra muito bem, mas que fez um curso em outro município, pois o município lançou o curso para se adequar o trabalho da escola à BNCC, para os professores conhecerem e se prepararem para adequação às novas orientações.

Já a professora C, disse:

“O meu foi em 2019 também, no CMEI Menino Jesus. Discutimos sobre o assunto e fizemos o curso. Foi falado com sobre como iria incluir no planejamento sobre como iríamos trabalhar. Foi um curso semipresencial, foi o curso Currículo sobre a formação da BNCC”. (PROFESSORA C)

Já as professoras D e E mencionaram que o primeiro contato que tiveram foi através da formação que a SEDU ofereceu em 2019, Currículo do Espírito Santo, Colaboração Para Toda a Educação Básica, que aconteceu na escola onde atuava. Nesse curso a pedagoga foi a tutora que acompanhou o acesso e a instrução à plataforma (site de formação da SEDU) para a realização desse curso. Mas que foi difícil de compreender muitas coisas.

Nesse momento a professora se refere às orientações para adequar o trabalho educação à BNCC, através de formas diversificadas de apresentar, como vídeos, infográficos e muitas informações fazendo links com as orientações da BNCC, onde muita coisa foi novidade, principalmente pelos professores terem que apresentar trabalhos práticos como cartazes, planejamentos, dentre outros baseados em linhas do tempo, temas integradores, painéis de informações.

O curso Currículo do Espírito Santo, Colaboração Para Toda a Educação Básica teve como princípios abranger todos profissionais da educação brasileira, sendo a formação realizada de forma híbrida, ou seja, on-line e com encontros presenciais, que aconteceram com a tutoria de um pedagogo da escola. A intenção era abranger o máximo de professores que atuam em todas as etapas da Educação Básica para

compreende a estrutura da BNCC, com ênfase na educação integral, nos pilares da educação, nas habilidades e competências na prática docente, que fecha com abordagem sobre os temas integradores do currículo do Espírito Santo.

Os pilares da educação para o século XXI são: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender ser. Já os temas integradores do currículo do Espírito Santo trazem conhecimentos relacionados aos contextos da vida do ser humano, que compreende os aspectos sociais, políticos, cognitivos, éticos e culturais. Esses temas integradores devem fazer parte das áreas de conhecimentos. São eles: ciência e tecnologia, direitos humanos, meio ambiente, saúde, multiculturalismo e economia.

A partir disso tudo, a formação aconteceu disponibilizando textos, infográficos e atividades para serem realizadas de forma online e presencial pelos professores, com o objetivo de compreender a Educação Integral a partir da BNCC.

A professora E, complementa que, tinha conhecimento que somente após a prática aplicada em sala de aula conseguiria assimilar todas as orientações fornecidas na formação do Estado em 2019, Currículo do Espírito Santo, Colaboração Para Toda a Educação Básica.

A Professora F relatou que fez essa mesma formação, mas ainda sentiu dificuldades na compreensão da nova BNCC pois, afirma que as informações e a quantidade das mesmas são complexas, além de algumas mudanças nas propostas.

Professora G relatou:

“Meu primeiro contato foi através de um curso que a SEDU ofereceu para todos os professores. Fiz na escola em que atuava em 2019, tivemos até alguma prática e apresentação das propostas do curso que o estado ofereceu, mas mesmo assim, mesmo com toda orientação da pedagoga que era nossa tutora, tive muita dificuldade de compreender algumas coisas”.
(PROFESSORA G)

Nesse caso a professora G sentiu dificuldades em assimilar muito conteúdo e ao mesmo tempo associá-los à sua prática no momento da formação, pois muitas informações eram novidades, como a nova organização do planejamento, os objetivos de aprendizagens, campos de experiências, objetos de conhecimento, a descrição

dos códigos, as formas de registros para a Educação Infantil.

É perceptível que, mesmo as professoras que acompanharam a formação para a implementação da BNCC, tiveram dificuldades em compreender o que norteia o documento, pois, pelo que pelo que reza o MEC (2018) todos os profissionais deveriam passar pelo processo de implementação da BNCC e dita inclusive, como ele deveria acontecer. O Guia de implementação da BNCC, (MEC 2018) no país deixa claro que é traçado com a intenção de colaborar com “a equipe gestora a organizar o trabalho para que possa produzir um documento que tenha como referência as aprendizagens pautadas pela BNCC” ainda reforça que deve ser apropriado pelos educadores como um documento que servirá como orientador de sua prática (MEC 2018, P. 2). Nesse sentido, o MEC 2018 menciona que:

Durante a fase final de revisão da BNCC, as redes de ensino começaram a preparar seus processos de planejamento e implementação, que serão cruciais para que a BNCC cumpra o seu papel de promover mais qualidade e equidade na aprendizagem dos estudantes. Com a BNCC aprovada, é fundamental, agora, que todas as redes do país sejam as protagonistas dessa etapa de implementação (MEC, 2018, P2).

Diante da fala da professora G, percebe-se que as mudanças foram novas para todos e muitos profissionais da Educação ainda estão em adaptação aos norteamentos da BNCC.

Depois de ouvir sobre o primeiro contato das professoras com este documento, a pergunta foi com o intuito de compreender como é desenvolvido planejamento de diante da BNCC. Primeiramente fizemos uma colocação, enquanto professora, para interagir com as respostas das colegas do grupo focal, nesse momento expus que “não tive formação da BNCC, recebemos a Mandala e a BNCC para planejar”.

Nesse sentido reforcei a importância de compreender as dificuldades e necessidades encontradas por elas, para planejarem articulado com a BNCC e a pergunta foi: como vêm este documento como norteador da Educação e o que acham que está bom e o que poderia melhorar?

A Professora A ressaltou, através do tom de voz afirmativo, que “precisaria de mais formações, mais cursos práticos, porque só falar e falar não dá pra assimilar, é como

apenas ler um texto”. Ela ainda menciona a que:

“A BNCC é muito importante porque ela vem se adequando principalmente na Educação Infantil, para nossa realidade ela é perfeita, só que as orientações são poucas para melhorar nossas práticas e não temos as experiências de como lidar com ela na prática. É o momento que acontece uma deficiência da compreensão de algumas coisas. Não tivemos tempo de fazer um estudo mais profundo, por que trabalhamos de 7 às 16:30, quando chegamos em casa ainda temos outras coisas para fazer e cuidar da família, não temos esse tempo para estudar, senão nos momentos em que estamos na escola. (PROFESSORA A)

A professora B fala do olhar que a BNCC direciona para o protagonista da Educação, e diz:

“O aluno é protagonista, às vezes nós queremos muito mais dele e somos exigentes demais, sempre querendo mais do aluno. Nós nos sentimos o protagonista por desenvolvê-lo, mas o que ele faz sozinho sem você puxar é o protagonismo dele, é a bagagem dele, é o pensar dele e o que ele sabe fazer. Enquanto professor queremos desenvolver mais e mais, mas não é a metodologia correta, pois, o que devemos fazer é analisar o que ele já sabe e aprimorar esses conhecimentos que eles trazem, que são as competências e habilidades”. (PROFESSORA B)

Nesse momento a professora A traz uma reflexão do que seria habilidade e competência: “Habilidade você desenvolve, competência você tem que arrumar, a criança vai aprimorar o conhecimento que ela já tem e estimular pra ele ficar melhor ainda”.

Quanto à formação, a professora C menciona que “o ideal é fazer os estudos na hora do serviço, mas se disponibilizar em uma formação mesmo fora do horário de serviço também há possibilidade de fazer, mesmo que seja na escola ou que seja em Presidente Kennedy”. Ela menciona que são necessários esses estudos sobre planejar baseado na BNCC, pois é algo que está fazendo falta no cotidiano dos seus planejamentos, necessidade também colocada pelas demais professoras, D, E, F e G concordando com o que disse a professora C.

A professora F ainda menciona que sempre achou que a formação, através das trocas de experiências poderiam ajudar, principalmente nesse momento de mudanças significativas, que a Educação como um todo passa, ao implantar a BNCC.

De acordo com a BNCCEI (2019), que trata das orientações para gestores municipais sobre a implementação dos currículos baseados na BNCC em creches e pré-escolas,

para este documento,

A autonomia das redes municipais é um princípio fundamental no processo de reelaboração dos novos currículos da Educação Infantil. A partir do documento curricular do regime de colaboração, os municípios podem escolher entre: Adotar o referencial estadual e adaptá-lo à sua realidade local; Adotar o referencial estadual e complementá-lo com outros materiais adicionais ou criar um novo currículo, baseado no referencial estadual ou na própria BNCC. (BNCCEI, 2019, p. 17)

Por isso a importância de formações e orientações na implementação da BNCC envolvendo técnicos, gestores escolares e professores no processo dessas escolhas, para que os objetivos fiquem claros e alinhados, pois refletirá no desenvolvimento das crianças a partir dos planejamentos organizados de forma a abranger os objetivos de aprendizagens divididos pelos campos de experiências.

Ao sentir a dificuldade das professoras, pergunto se elas conseguem vincular a orientação da BNCC no planejamento, mesmo sem as orientações. Todas disseram que sim, apesar das dificuldades, buscam sempre planejar consultando e utilizando a BNCC para traçar os objetivos das práticas da sala de aula.

No que tange o planejamento das professoras, a BNCCEI (2019) diz que “é importante discutir sobre rotina, intencionalidade educativa, brincadeira, brinquedos, livros, materiais, tempos e ritmos das crianças (momentos calmos e ativos), atividades e experiências individuais ou coletivas, autonomia infantil etc.” (BNCCEI, 2019 p. 18)

Sendo assim continuo a instigar a discussão perguntando: “quais são as vantagens que a BNCC, enquanto documento norteador de suas práticas oferece para vocês?”.

A resposta foi unânime no que tange a organização curricular e padronização para todos os municípios. “Pois todos estão se adequando, é extraordinário”. (PROFESSORA B)

“Os campos de experiências e as habilidades para desenvolver as crianças são todos necessários para a vida do ser humano. Quando não tinha esse Norte, talvez deixávamos a desejar em alguma área de desenvolvimento, por não ter organizado e escrito no papel, agora nós temos”. (PROFESSORA C)

A professora A concorda e complementa: “sim muito importante esse norte que a BNCC traz, porque já sabemos que as brincadeiras e as interações são muito

importantes, mas não tínhamos isso padronizado, não era obrigatório, era de forma mais livre”. Para ela, a BNCC veio reforçar o que as professoras devem seguir para realizar seus planejamentos.

A professora A, em concordância com as outras professoras ressalta que a BNCC atribui autonomia para trabalhar, sendo que cada município também tem autonomia de criar seu próprio currículo articulado com este documento e complementa:

“Presidente Kennedy é um exemplo, porque nós temos quatro realidades diferentes no mesmo município: uma é a comunidade Rural, onde até nossa escola está inserida, a outra é a comunidade quilombola, temos ainda a comunidade litorânea, perto das praias e a realidade da sede. Importantíssimo para se trabalhar a valorização da cultura local”.
(PROFESSORA A)

As professoras F e G ao perceberem que a BNCC é um documento muito importante, ressaltam que as vantagens estão em tornar o ensino mais dinâmico na sala de aula, mais atrativo. “Principalmente porque trabalho com bebês”, ressalta a professora F.

Com relação às vantagens, apesar das dificuldades de compreensão durante a formação e no contato inicial com a BNCC, nota-se que as profissionais concordam que é um documento recheado de mudanças significativas, pois a BNCC considera a integração da Educação Infantil como uma etapa da educação básica, um importantíssimo passo na história da Educação brasileira. Para a BNCC o conceito de criança é de sujeito histórico, social e com capacidade de produzir cultura, onde a criança de 0 a 6 anos de idade, mesmo pequena, desenvolve-se através das experiências proporcionadas pelos professores, onde aprende e se desenvolve.

Com o intuito de aprofundar mais nas necessidades e dificuldades que os professores encontraram na compreensão da BNCC, a pergunta foi de forma direta: Durante o planejamento quais as necessidades e as dificuldades encontradas ao planejar?

Professora C disse que apesar de conseguir compreender as orientações hoje, ainda sente muitas dificuldades em adequar o conteúdo do planejamento às vertentes da BNCC.

A professora B não hesitou em dizer: “a minha dificuldade foi em tudo, não entendi

nada, aquela numeração, eu não conseguia enxergar nada”, mas hoje ela já consegue planejar adequando às orientações da BNCC.

A professora A menciona que,

“Na verdade, tive muitas dificuldades em compreender no início, como era planejar com a BNCC. Como eu vou achar isso, que nomenclatura é essa? como eu vou traduzir isso? Eu imprimia, eu escrevia, eu fazia anotações para poder entender e aprender”. (PROFESSORA B)

Para a Professora A “é um aprendizado muito grande para gente é tirar as nossas ideias antigas e aceitar esse novo, porque é muito novo, porque é muito diferente e é muito difícil. O protagonista é o aluno não é o professor”.

A professora B diz que “viemos de uma educação onde o professor mandava, fazia e acontecia e não é dessa forma, é difícil desconstruir o pensamento enraizado e tirar isso da gente”, a professora E diz que “a BNCC se tornou uma referencia para desconstrução e nova construção (reinventar)”

Já a professora F diz que: “Meu problema maior é a sequência, a BNCC é toda amarrada em uma sequência” e a professora C complementa: “minha dificuldade foi a nomenclatura e de tirar o conceito que eu que mandava na sala e a criança obedecia. Isso é bem dificultoso para mim”.

A professora D, menciona: “Não encontrei grandes dificuldades em utilizar a BNCC, visto que comecei a lecionar junto com a implantação do documento”. Essa professora passou pela formação que o Estado ofereceu, assim como a professora F e G.

Para a Professora D, “A BNCC enquanto documento norteador da educação veio para auxiliar o professor a planejar e executar atividades mais lúdicas, contemplando assim, os campos de experiências a serem trabalhados”.

A professora G disse que ainda sente dificuldades em planejar à partir da BNCC, que sente falta de mais orientações, pois alinhar algum conteúdo aos campos de experiências, ainda é difícil, mas fecha a reunião com uma fala relevante sobre seu trabalho: “Apesar das dificuldades de compreender e associar o planejamento à BNCC, percebo que consigo, através do meu planejamento, abranger muito do que

direciona a BNCC”. Para ela e para a professora F, falta mesmo mais formação e mais acompanhamento no cotidiano dos planejamentos, mas entendem a BNCC com um documento muito importante por ser estruturado a partir das idades, separando as crianças pequenas em grupos de acordo com seu desenvolvimento.

Assim, é perceptível a importância de formações continuadas quando as mudanças são significativas, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento de crianças da Educação Infantil, com idade de 0 a 5 anos e 11 meses. Já fazem quase 4 anos em que a implementação da BNCC aconteceu e se vê que ainda há dificuldades de compreensão no que diz respeito à articulação dos planejamentos educacionais com a BNCC, mas que também é compreendida com um documento com relevância na história da educação brasileira.

5 PRODUTO FINAL

Alguns avanços foram alcançados pela etapa da Educação Infantil como o reconhecimento da criança enquanto sujeito histórico capaz de produzir cultura e sentidos para a sociedade. Pode-se destacar também a mudança do trabalho com as crianças de forma apenas assistencialista para o modelo educacional, onde se destacam o cuidar e o educar com princípios para o atendimento às crianças. São mudanças que marcam a história da Educação Infantil.

Um marco importante no âmbito educacional é esta etapa ser incluída à Educação Básica, através da Lei de Diretrizes e Base (LDB) EM 1996, foi de grande importância no processo de ressignificação da Educação Infantil, que pode ser considerada como um a etapa da Educação Básica. Inicialmente foi criada como intuito assistencial e com as mudanças e avanços na Educação, a Educação Infantil vem conquistando seu espaço educacional diante da população brasileira e sua clientela que são as crianças de 0 a 5 anos e 11 meses.

Ao analisar todas essas conquistas, essa ânsia por uma educação de qualidade, todo trabalho voltado à educação e ainda com a chegada da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) dentro do contexto educacional e eu (a autora), como anos de experiência nessa etapa da educação, refleti sobre o papel do professor nesse processo importante da primeira infância e tão perdida diante de algo novo que me (lhe) foi apresentada durante o planejamento.

A Base Nacional Comum Curricular é o mais novo documento nacional que norteia a Educação Básica. Diante da dificuldade em processar esse novo, acreditando que com esse trabalho pode ser oferecido aos colegas de trabalho, ferramentas que auxiliem na melhor compreensão.

Nesse sentido pode-se ver o novo como algo que interfere com o conforto das práticas repetidas. Freire (1987) mencionada em *Pedagogia do Oprimido* que:

O radical comprometido com a libertação dos homens, não se deixa prender em círculos de segurança, nos quais aprisione também a realidade. Tão mais radical, quanto mais se inscreve nessa realidade para, conhecendo-a melhor,

pode transformá-la. (FREIRE, 1987, p. 22)

Diante da fala de Freire (1987), pode-se entender que uma resistência às mudanças que a BNCC propõe, podem ser vistas como um aprisionamento nas práticas tradicionais, mas que a partir do momento em que há a tomada de consciência pra o novo, há um comprometimento na luta pela mudança de realidade.

A BNCC (BRASIL, 2017) está em consonância com as Diretrizes Nacionais da Educação (BRASIL, 2013) está orientada através dos princípios que regem a educação como um todo, que são os princípios éticos, políticos e estéticos, que por uma sociedade mais justa, prezam pela formação integral do aluno, assegurando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, de acordo como Plano Nacional de Educação.

Assim a participação da implementação da BNCC se deu através de um movimento na educação como um todo, prezando também pela Educação Infantil, visto que esta faz parte da Educação Básica, sendo a primeira etapa. Nesse sentido, pode-se entender a BNCC como um documento que expressa os objetivos pretendidos, onde o currículo e os planejamentos ditam como esses objetivos serão alcançados. Por isso pode-se perceber que a BNCC tem uma estrutura bem organizada no que diz respeito às faixas etárias e suas aprendizagens.

A partir dessas premissas, pode-se dizer que a mudança no olhar para os objetivos a serem alcançados na Educação Infantil, deve acontecer de forma contextualizada com a realidade das crianças, desenvolvendo-a de forma integral, contemplando seu desenvolvimento nas habilidades, cognitivas, afetivas e de criticidade perante a sociedade. A BNCC menciona que:

Nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação. (BRASIL, 2017, p. 36)

Os níveis de planejamentos que envolvem a educação, partem de um trabalho democrático a partir dos conselhos da educação nas instâncias federal, estadual e municipal. Os conselhos são compostos por várias partes da sociedade que colaboram com a construção de novos olhares, diante das práticas que já acontecem, promovendo as mudanças necessárias, mudanças essas que são formalizadas a partir do Plano de Educação.

Gomes (2017) ao abordar sobre “Educação Infantil no PNE 2014-2024: Acesso, Equidade e Qualidade”, diz que:

Os direitos de aprendizagem e desenvolvimento que devem ser garantidos na educação infantil estão inseridos na BNCC. Para atender a esses direitos, foram definidos objetivos de aprendizagem agrupados por campos de experiência. Nos termos da segunda versão da BNCC, esses campos constituem um arranjo curricular adequado à educação da criança de 0 a 5 anos e 11 meses quando certas experiências por ela vivenciadas promovem a apropriação de conhecimentos relevantes. A organização curricular adotada coloca as interações e as brincadeiras no centro do processo educativo; por meio delas devem ser entrelaçadas as experiências concretas da vida cotidiana das crianças com os conhecimentos sistematizados. (GOMES, 2017, p. 40-41)

Dessa forma, acontecem as mudanças nos documentos norteadores que incluem o financiamento para a etapa da Educação Infantil, a ampliação de vagas e o norteamento do trabalho, a partir do que os planos de educação conduzem, promovendo melhoria na qualidade da educação. Nesse sentido, pode-se abordar o pensamento de Paulo Freire (1987), em *Pedagogia do Oprimido*, trazendo reflexões a cerca do mundo da educação, onde o autor entende que o fazer em educação é uma forma de promover a transformação social.

Sendo os planejamentos educacionais resultados de um trabalho democrático, favorece que a sociedade tenha voz para alterar os modelos pensados para a educação, para que não se estabeleça uma relação de poder, de imprimir um modelo de educação no formato vertical, onde historicamente a educação passou por etapas, antes da democratização, de opressão, ou seja, de impor um modelo excludente e que não adequasse à realidade, tornando o professor apenas um transmissor de conteúdos.

Nesse sentido Freire (1987) aborda a relação do opressor e oprimido, entendendo

que a educação é uma forma do oprimido sair dessa condição e o opressor ser conscientizado do seu comportamento de opressor. O autor afirma que:

[...] Assim como o opressor, para oprimir, precisa de uma teoria da ação opressora, os oprimidos, para libertar-se, necessitam igualmente de uma teoria de sua ação. O opressor elabora a teoria de sua ação, necessariamente sem o povo, pois que é contra ele. O povo, por sua vez, enquanto esmagado e oprimido, introjetando o opressor, não pode, sozinho, constituir a teoria de sua ação libertadora. Somente no encontro com a liderança revolucionária, na comunhão de ambos, na práxis de ambos, é que esta teoria se faz e refaz. (FREIRE, 1987, p. 183)

Para Freire (1987) as relações entre oprimido e opressor foram historicamente, estabelecidas pela sociedade e sair dessas condições é um ato revolucionário, que segundo ele, a educação é o meio através do qual a sociedade pode mudar o pensamento de opressão.

Dessa forma podemos afirmar que o ato democrático, dando voz à sociedade, é uma forma de libertação das ações opressoras e das regras impostas de forma vertical, não se tratando apenas do âmbito escolar, mas em todos os meios da sociedade. Por isso Freire (1987) entende que a transformação de libertação, ou seja, a tomada de consciência é social, possibilitando transformar a consciência tanto do oprimido quanto do opressor. Assim o autor tem a preocupação de que a educação não seja algo voltado para o mercado, mas que sirva de fator revolucionário. Assim,

O caminho, por isto mesmo, para um trabalho de libertação a ser realizado pela liderança revolucionário não é a “propaganda libertadora”. Não está no mero ato de “depositar” a crença da liberdade nos oprimidos, pensando conquistar a sua confiança, mas no dialogar com eles. Precisamos estar convencidos de que o convencimento dos oprimidos de que devem lutar por sua libertação não é doação que lhes faça a liderança revolucionária, mas resultado de sua conscientização. [...] Se os líderes revolucionários de todos os tempos afirmam a necessidade do convencimento das massas oprimidas para que aceitem a luta pela libertação – o que de resto é óbvio – reconhecem implicitamente o sentido pedagógico desta luta. Muitos, porém, talvez por preconceitos naturais e explicáveis contra a pedagogia, terminam usando, na sua ação, métodos que são empregados na “educação” que serve ao opressor. Negam a ação pedagógica no processo de libertação, mas usam a propaganda para convencer... (FREIRE 1987, p. 53-54)

A partir dessas premissas, Freire (1987) entende que há uma tendência a um conformismo social quando se trata de oprimido e opressor, sendo esta uma preocupação a se considerar, pois para ele, através da educação, pode-se promover ações como uma forma de transformar a vida das pessoas e sua forma de ver o mundo na sociedade e diz que:

[...] a educação a ser praticada pela liderança revolucionária se faz de maneira intencional. Educador e educandos (liderança e massas), onde a realidade, se encontra numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-la e, assim, criticamente conhecê-la, mas também no de recriar este conhecimento. (FREIRE, 1987, p. 54)

Assim, essa revolução social através da educação é a forma de trabalhar a conscientização do ser humano, onde o ato de educar não pode ser de forma engessada, de cima para baixo, mas refletida a promover transformações e problematizações na compreensão de mundo, pois dessa forma a educação não se torna algo estático.

No que tange o ato de planejar na educação na visão libertadora de ensino, Freire (1997) entende o professor como o agente transformador, onde tem a oportunidade de planejar para conscientizar e não apenas transmitir conteúdos. Mas também entende que o professor pode transformar o aluno em apenas receptor de informações e estabelecendo uma relação de poder, ou seja, fazer uso do formato de educação bancária, que é vista como uma forma de oprimir, conforme Freire (1987).

[..] Educador e educandos se arquivam na medida em que, nesta distorcida visão da educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber. Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros. (FREIRE, 1987, p. 58).

Nesse sentido a Base Nacional Comum Curricular está estruturada colaborando para que as práticas dos professores não se tornem mecânicas, mas que venham recheadas de possibilidades de transformação na consciência dos alunos, para que eles se percebem no ambiente e na realidade em que vivem.

As mudanças na educação de forma democrática colaboram para que os professores também participem e apreendam essas mudanças que são propostas nos documentos nacionais, assim como participem da formulação dessas mudanças porque não se tornem apenas reprodutores de conteúdos para seus alunos, mas que tenham a capacidade de, em conjunto com os alunos, promover mudanças necessárias nos planos educacionais.

Não é de estranhar, pois, que nesta visão “bancária” da educação, os homens sejam vistos como seres da adaptação, do ajustamento. Quanto mais se exercitem os educandos no arquivamento dos depósitos que lhes são feitos, tanto menos desenvolverão em si a consciência crítica de que resultaria a sua

inserção no mundo, como transformadores dele. Como sujeitos. Quanto mais se lhes imponha passividade, tanto mais ingenuamente, em lugar de transformar, tendem a adaptar-se ao mundo, à realidade parcializada nos depósitos recebidos. (FREIRE, 1987, p. 32).

A pensar em fazer educação, pode-se, utilizando a BNCC como documento norteador, pode-se consultar o Guia de Implementação da BNCC, pois este é carregado de possibilidades de formas de compreensão deste documento e sua estrutura. Está recheado de possibilidades e permite flexibilidade, tornando mais dinâmicas as práticas escolares, assim pode-se colaborar com o aluno no seu desenvolvimento dando mais ênfases no aprendizado a partir das interações e brincadeiras, que são os eixos estruturantes da Educação Infantil.

O Guia de implementação da BNCC é extenso, porque envolve vários momentos abrangendo atividades e profissionais em diferentes setores da educação. Assim, os momentos formativos de implementação, possibilitam diálogos que segundo Freire (1987), o fazer educação deve ser pautado na dialogicidade, o diálogo é parte do processo educativo.

Enquanto educadora percebo o professor como um agente transformador de conscientização, que colabora e traz possibilidade de criar consciência no aluno diante da realidade em que ele vive e de ser uma atuante na sociedade, buscando transformá-la. Nesse sentido, esse profissional, independente da etapa que atua, deve trabalhar os conteúdos dentro da realidade do aluno, para gerar interesse e conscientização das transformações do mundo em todos os sentidos. Ao ler BNCC, observa-se o quanto esta colabora para um trabalho educacional significativo, prezando para que os conteúdos estejam relacionados com a realidade da escola, a comunidade onde vivem dos alunos, abrangendo de forma contextualizada os conhecimentos e habilidades a serem desenvolvidos. Nesse sentido Gomes (2017) ressalta que

A fase de implementação da BNCC deve conduzir a revisões dos currículos dos cursos superiores de pedagogia e licenciaturas, como parte das ações necessárias à sua efetiva incorporação ao sistema escolar. No caso da educação infantil, essa mudança, caso se concretize, terá particular relevância. [...] Entre várias questões atuais, mostram-se prioritárias discussões sobre como orientar o trabalho docente junto às crianças na faixa etária de 0 a 5 anos para garantir processos de aprendizagem e de desenvolvimento sem que ocorra antecipação de conteúdos e práticas das etapas seguintes, sem que a educação infantil seja vista como “etapa

preparatória” para o ensino fundamental. (GOMES, 2017, p. 41-42)

Diante disso tudo que envolve a Educação, o planejamento do professor é um instrumento imprescindível para o trabalho com os alunos, em especial com a Educação Infantil, que por ser a primeira etapa da educação, é vista como a base do desenvolvimento da criança.

No contexto educacional em que a Base Nacional Comum Curricular, a BNCC vem agregar como um documento normativo, com objetivo de garantir que toda criança, seja ela de qualquer parte do país, tenha seus direitos de aprendizagem incluídos em sua rotina. Por sua vez a Base consolida a Educação Brasileira de forma que prioriza a cada região do país a construir e aplicar ainda que alinhado, o Currículo.

Partindo da necessidade e direito garantido pelo professor o Conselho Nacional de Educação (2020) diz o seguinte:

Art. 4º A Formação Continuada de Professores da Educação Básica é entendida como componente essencial da sua profissionalização, na condição de agentes formativos de conhecimentos e culturas, bem como orientadores de seus educandos nas trilhas da aprendizagem, para a constituição de competências, visando o complexo desempenho da sua prática social e da qualificação para o trabalho. (RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020)

A Educação Infantil do município de Presidente Kennedy é regida pela secretaria Municipal de Educação (SEME) que segue ao currículo do estado do Espírito Santo, esse que por sua vez, preconiza em sua construção, a diversidade, parte essa que nos cabe a Educação Escolar do Campo e Quilombola. Com todos esses documentos que nos provoca ao conhecimento e às novas práticas educacionais que regem nosso país e que ainda se encontra no início de implantação, há a necessidade de Formação continuada aos professores da Educação Infantil deste município. Sendo assim, Freire (1996) afirma que por esse motivo,

[...] é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. (FREIRE, 1996, p. 40)

Em concordância como Freire, uma formação continuada permite a troca de experiências entre os professores e possibilidade de repensarem suas práticas a partir das formações. Por isso, essa formação traz possibilidades para o professor de

compreender melhor o direcionamento da BNCC diante de abordagens que historicamente, constrói a educação da atualidade, com foco do desenvolvimento integral das crianças.

Os próximos parágrafos explicitam o conteúdo desta formação continuada que apresenta contribuições aos professores do CMEI “Santa Lúcia”, no que diz respeito à compreensão dos níveis de planejamento, mediante o norteamento da Base Nacional Comum Curricular, a BNCC.

Para início de conversa, é compreender os critérios da formação continuada, alinhados à BNCC, documento que teve depois de pronto, sofreu alterações e formações a nível nacional, prezando pela efetiva implementação, para não perder de vista o que está previsto para o desenvolvimento integral das crianças.

Em se tratando de implementação da BNCC, se faz importante compreender os tipos de planejamentos que regem a Educação para chegar ao planejamento das práticas educacionais, assim como os níveis de planejamento e como eles estão articulados um com o outro. Assim é importante fundamentar-se com um breve histórico da educação brasileira e dos marcos legais que a cercam, para assim compreender como documentos educacionais passaram por alterações ao longo do tempo até alcançar a estrutura atual, que é a BNCC.

Uma apresentação da BNCC e do Currículo do Espírito Santo para a Educação Infantil, possibilita compreender o que comporta no planejamento voltado para as crianças muito pequenas, da creche, assim como conhecer os princípios sustentadores do currículo do Estado do Espírito Santo.

O planejamento do professor, no que diz respeito às suas práticas no desenvolvimento das crianças, deve contemplar os objetivos traçados nos campos de experiências, que faz parte da estrutura da BNCC. Compreendendo essa estrutura e que as práticas precisam estar atreladas a esses objetivos, é possível garantir um trabalho voltado para o desenvolvimento da criança de forma integral. Por isso a formação contempla um estudo no que tange à estrutura da BNCC em colaboração com os professores da creche, pois os campos de experiências, segundo a BNCC, é uma forma de relacionar

os conhecimentos que as crianças devem aprender, conforme a idade, e suas próprias experiências.

Por fim, como a criança da Educação Infantil deve ser avaliada? Ao pensar em todo o processo de organização curricular da escola e os planejamentos das práticas articuladas à BNCC, a avaliação deve ser a partir do processo do aprendizado, ao pensar que o trabalho do professor é planejar e mediar várias experiências e vivências às crianças, realizando uma observação da trajetória de desenvolvimento, suas conquistas e avanços. Ao monitorar o conjunto de práticas e observações na Educação Infantil, a BNCC entende que:

É preciso acompanhar tanto essas práticas quanto as aprendizagens das crianças, realizando a observação da trajetória de *cada criança* e de *todo o grupo* – suas conquistas, avanços, possibilidades e aprendizagens. Por meio de diversos registros, feitos em diferentes momentos tanto pelos professores quanto pelas crianças (como relatórios, portfólios, fotografias, desenhos e textos), é possível evidenciar a progressão ocorrida durante o período observado, sem intenção de seleção, promoção ou classificação de crianças em “aptas” e “não aptas”, “prontas” ou “não prontas”, “maduras” ou “imaturas”. Trata-se de reunir elementos para reorganizar tempos, espaços e situações que garantam os direitos de aprendizagem de todas as crianças. (BRASIL, 2017, p. 39)

Dessa forma a BNCC deixa claro que a avaliação das crianças, mediante as propostas educativas, deve acontecer por meio de observações com base nos objetivos de aprendizagens para cada prática, sendo realizado também registros e relatórios. Sendo assim avaliar na etapa da Educação Infantil significa acompanhar o processo de desenvolvimento da criança, através de observação, registro, continuidade nos processos vivenciados e registros para que a família possa acompanhar o desenvolvimento de perto. Além disso, o Currículo do Espírito Santo para a Educação Infantil ressalta que os registros através de vídeos, fotos, relatórios e até mesmo a escrita da criança é importante. (ESTADO, 2018, p. 90)

Então se pode entender que através dos registros é possível avaliar no sentido de trazer mais possibilidades para o aprendizado das crianças de forma a abordar onde ainda é necessário, conforme as limitações e avanços de cada uma, preparando-a para a transição seja dentro da etapa da Educação Infantil ou para o ingresso no 1º ano do Ensino Fundamental. Dessa forma haverá possibilidades do professor olhar de forma diferenciada para cada aluno e trabalhar de acordo com seu ritmo de

aprendizado.

Esse pensamento foge da Educação Bancária descrita por Freire (1987) onde o professor é o centro das atenções e o aluno mero receptor de conteúdos. Mesmo com as crianças da etapa da Educação Infantil sendo pequenas, a BNCC entende que são sujeitos históricos com capacidade de produzir cultura e conhecimentos, para transformar sua realidade. Partindo dessa ideia, na Educação Infantil, é possível trabalhar a democracia orientada pelos direitos e objetivos de aprendizagem que a BNCC norteia.

Para Freire (1987),

Em lugar de comunicar-se, o educador faz "comunicados" e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção "bancária" da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. (FREIRE, 1987, p. 66)

O norteamento da BNCC se afasta dos moldes de educação bancária pelo fato de partir da realidade e dos conhecimentos dos alunos. A educação bancária, segundo Freire (1987), dá ênfase à passividade, que acaba por acomodar-se à realidade ao invés de transformá-la. Para o autor a educação baseada na libertação, permite que aconteça a interação de conhecimentos entre professor e aluno, tendo a realidade como base. Assim Freire (1987) diz que:

O que nos parece indiscutível é que, se pretendemos a libertação dos homens, não podemos começar por aliená-los ou mantê-los alienados. A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mistificante. É práxis, que implica na ação e na reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo. (FREIRE, 1987, p. 77)

Pensando em uma educação libertadora e seguindo os objetivos traçados pela BNCC, este trabalho tem o objetivo de proporcionar aos professores do CMEI "Santa Lúcia", do município de Presidente Kennedy, uma formação continuada sobre o planejamento articulado com a BNCC, priorizando o desenvolvimento integral das crianças e compreendendo os níveis de planejamento que envolve a Educação. Além de possibilitar trocas de experiências aos professores participantes da formação.

Diante de todo o exposto, esta formação justifica-se pela dificuldade dos professores

em compreender os diferentes níveis de planejamento articulados com a BNCC e traz, no atual contexto, possibilidades e reflexões para contribuir com essa dificuldade. A BNCC é um documento que norteia as práticas dos professores, que na Educação Infantil que se faz muito importante nessa etapa, considerada a preparação para os anos seguintes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação veio ao longo do tempo passando por várias mudanças conquistadas através da mudança do olhar para o aluno. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é o mais recente documento norteador que, ao ser implementada na educação brasileira, em 2017 e 2018, traça novos direcionamentos para o planejamento das aulas de forma a abranger o aluno em sua totalidade, contribuindo para um desenvolvimento de forma integral, ou seja, abarcando o cognitivo, físico, afetivo, e o social de cada criança, para que se torne um desenvolvimento significativo.

Essa pesquisa tem como foco a Educação Infantil no município de Presidente Kennedy, mais especificamente no Centro Municipal de Educação Infantil CMEI “Santa Lúcia”, no que tange a percepção dos professores nos diferentes níveis de planejamentos diante da BNCC. Uma mudança como propõe o MEC através da BNCC apresenta certa complexidade por se tratar da Educação Infantil, pois sua especificidade está vinculada às crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, com uma exigência maior no que diz respeito ao desenvolvimento, por ser a preparação, a base para os anos posteriores.

Diante dos estudos realizados pode-se afirmar que com planejamentos articulados com o que reza a BNCC permitem que os objetivos de aprendizagem sejam alcançados de forma contextualizada com a realidade e contemplar um desenvolvimento das habilidades, físicas, cognitivas, afetivas e sociais. Dessa forma o professor portará uma bagagem de conhecimentos que lhe dará mais base para desenvolver suas práticas a partir das reflexões do desenvolvimento das crianças, o que lhe dá possibilidades de transformações e problematizações para a compreensão e apreensão de mundo.

Uma formação continuada, permite que o professor tenha a capacidade de ampliar seu olhar para realidade de cada escola e de cada aluno, o ensino se torna algo dinâmico e com possibilidades de ser reinventado a cada prática, à cada situação que necessite de mediações e transformações para uma educação libertadora e não apenas de transmissão de conteúdos, onde o avaliar ultrapassa os registros, mas permite uma análise para a continuidade nos processos vivenciados pelas crianças.

As professoras se viram diante de um impasse ao ter que planejar a partir de um novo documento norteador, de novas diretrizes para a educação. Mesmo com formações propostas, que aconteceram durante o ano de 2018 e 2019, houve dificuldades em compreender a BNCC e principalmente, articular os planejamentos a este documento que trouxe um novo formato de organização. Além das organizações nos documentos, a BNCC veio carregada de novas possibilidades e nortes para a educação, principalmente para a Educação Infantil, com o intuito de reforçar a indissociabilidade do educar e cuidar, do foco nas interações e brincadeiras, como eixos estruturantes da educação infantil, que já eram previstos nas Diretrizes Nacionais Comuns Curriculares.

A partir do momento de implementação da BNCC, os professores do Centro Municipal de Educação Infantil “Santa Lúcia”, começaram a desenvolver os seus planejamentos fazendo link com as orientações que a BNCC trouxe. Mas diante de uma estrutura organizacional diferenciada que a BNCC apresenta, os professores se viram diante de algumas dificuldades, que a formação que o Estado ofereceu não foi suficiente para sanar. Percebesse com essa pesquisa que são dificuldades de compreender os objetivos de desenvolvimento dentro dos campos de experiências e como associar com o que vinham planejando até então.

Sempre que planejam, as professoras incorporaram a BNCC no seu planejamento, pois compreendem ser um documento importante e que traz todo o norteamento necessário para uma educação integral das crianças. A formação apresentou a organização e a funcionabilidade da BNCC, mas somente com a prática nos planejamentos a compreensão do documento acontece, mesmo ainda com as dificuldades dois anos depois da implementação.

A partir disso pôde-se verificar que a BNCC ainda está em processo de implementação, apesar dos professores já terem seu trabalho articulados a ela. Por isso compreende-se a necessidade de uma formação continuada para os professores da Educação Infantil do município de Presidente Kennedy-ES, com a finalidade de auxiliá-los na compreensão da BNCC, para contemplar com êxito em seus planejamentos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, dentro dos campos de experiências.

Assim, percebe-se a necessidade de mais formações e orientações mais tangíveis aos professores da Educação Infantil, no que diz respeito ao planejamento das suas atividades articulando com a Base Nacional Comum Curricular, sendo este o mais atual documento norteador da Educação, que traz descrito em sua estrutura, o que é necessário para o desenvolvimento das crianças de forma integral, abrangendo-as em todos os seus aspectos, físico, social, cognitivo e afetivo, para desenvolver também sua percepção enquanto cidadão diante da realidade em que vive, fazendo parte dela, transformando e sendo transformado.

7 REFERÊNCIAS

ALVES, Professora Sigridi. **Tipos e Níveis de Planejamento**. 2011. Texto disponível em: <http://planejamentoeducacional.webnode.com.br/tipos-niveisdeplanejamento/> . Acesso em 15/01/2021.

APRENDE BRASIL. **Livro do professor**. Educação Infantil. Curitiba: Editora Aprende, 2019.

Barbosa, R. F. M., Del Rio Martins, R. L., & Mello, A. da S. **A Educação Infantil na Base Nacional Comum Curricular: avanços e retrocessos**. Movimento-Revista De Educação, 147-172, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/mov.v0i10.536>. Acesso em: 25 /01/2021.

BNCCEI. Base Nacional Comum Curricular na Educação Infantil. **Orientações para gestores municipais sobre a implementação dos currículos baseados na Base em creches e pré-escolas**. São Paulo: UNDIME, 2019

BRASIL. **Política nacional de educação infantil**: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação. 1998.

BRASIL. **Base Nacional Curricular Comum**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. (2017) Último Acesso em: 20/04/2020. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit e.pdf

. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2. versão. Brasília, DF: MEC, 2016.

. **Diretrizes curriculares nacionais da educação básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília MEC/SEB/DICEI, 2013.

. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Plano Nacional de Educação PNE 2014-2021: linha de base. Brasília: Inep, 2015.

_____. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. (Volumes 1, 2, 3).

_____. **Resolução CNE/CEB N.0 5, de 17 de dezembro de 2009.** Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. 2009

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB.** 9394/1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 05/05/2021.

BRASÍLIA. **Referencial curricular nacional para a educação infantil.** Ministério da Educação e do Desporto. Brasília, 1998.

CAMPOS, Rafaely Karolynne do Nascimento; PEREIRA, Ana Lúcia da Silva. **Primeiras iniciativas de educação da infância brasileira: uma abordagem histórica (1870 - 1940).** EDUCERE. UFS, 2015.

ESTADO. Espírito Santo. **Currículo do Espírito Santo – Educação Infantil.** Secretaria de Educação SEDU. Vitória, ES. 2018

FREIRE, Paulo, **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 36. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

GOMES, Ana Valeska Amaral. **Educação Infantil no PNE 2014-2024.** Acesso, Equidade e Qualidade. Câmara dos Deputados, 2017.

GOMES, É.M.F. **A importância do planejamento para o sucesso escolar.** Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Coordenação Pedagógica. Porto Nacional, 2011.

KUHLMANN JR. Moysés. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica.** Porto Alegre: Mediação, 1998.

_____. **Histórias da educação infantil brasileira.** Fundação Carlos Chagas. SP, 2000.

_____. Educando a Infância Brasileira. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MEC. Ministério da Educação. **Guia de implementação da base nacional comum curricular: orientações pra o processo de implementação.** Brasília - DF, 2018.

MELO, Gilcerlandia Pinheiro Almeida Nunes. **A ludicidade como um recurso pedagógico na educação infantil.** Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória- ES, v. 24, n. 1, p. 29-43, jan./jun. 2018.

OLIVEIRA, Guilherme Saramago de (org.) **Grupo focal: uma técnica de coleta de dados numa investigação qualitativa?** Cadernos da Fucamp, v.19, n.41, p.1-13/2020

PNE, Plano Nacional de Educação. **LEI 13.005/2021.** Disponível em:

<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 17/04/2021.

PNE, Plano Nacional de Educação. **Conhecendo as 20 metas.**

http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. MEC/SASE 2014. Acesso em 16/04/2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Institui diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. disponível em: portal.mec.gov.br. Acesso em: 04/04/2021.

VASCONCELLOS, Celso S. **Planejamento: projeto de ensino- aprendizagem e projeto político pedagógico**. 9 ed. São Paulo: Libertad. 2000.

_____. **O professor coordenador pedagógico como mediador do processo de desconstrução do quadro de saberes necessários**. São Paulo: Libertad. 2011.

APÊNDICE A - QUESTOES PARA O GRUPO FOCAL (propostas)

Qual o primeiro contato que você teve com a BNCC?

Como veem a BNCC enquanto documento norteador da Educação?

Como conseguem vincular a orientação da BNCC no planejamento de vocês?

Receberam formação para planejar a partir da BNCC? Se sim, como foi?

Como acham que a BNCC está presente nos diferentes níveis de planejamentos educacionais?

Quais são as maiores dificuldades que encontram com este documento? Quais são as vantagens que a BNCC oferece?

APÊNDICE B – PRODUTO FINAL

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO**

KAMILA BATISTA NUNES VIANA

**FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL
SOBRE A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC): PRESIDENTE
KENNEDY**

SÃO MATEUS

2021

KAMILA BATISTA NUNES VIANA

**FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL
SOBRE A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC): PRESIDENTE
KENNEDY**

Produto Final apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Ciência, Tecnologia e Educação
Orientador Prof. Dra. Luana Frigulha Guisso

SÃO MATEUS
2021

RESUMO

A inserção da BNCC, trouxe inquietações que se mostram como aconteceram com chegada das Diretrizes Nacionais Curriculares e dos Parâmetros Curriculares Nacionais, mas tudo isso foi uma trajetória de evoluções de tendências que o Ministério da Educação Brasileira idealizou com os grandes pensadores como Paulo Freire e infelizmente, alguns profissionais de educação resistem aos rompimentos filosóficos, sociológicos e políticos que engendram a educação no país. É possível entender que a Base Nacional Comum Curricular veio para equilibrar o ensino nas diferentes escolas brasileiras. Sendo assim, ajudarão a definir um projeto educacional comum, deixando de haver um estreitamento dos objetivos de aprendizagem, como ocorre hoje, o que provoca uma revisão completa das matrizes e dos descritores adotados. Os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento propostos na BNCC para a Educação devem ser ampliados na elaboração dos currículos e buscados na prática de brincadeiras e atividades propostas na rotina escolar. A BNCC ressalta a importância de observar e registrar a trajetória de aprendizagem e desenvolvimento de cada criança e do grupo enquanto participam das experiências propostas. A educação na perspectiva da pedagogia progressista é admitida por uma metodologia interdisciplinar que concebe um trabalho pedagógico por meio de tema gerador, propondo uma educação problematizadora, e estas são características da tendência progressista libertadora, e a evolução desta, possibilita uma metodologia transdisciplinar conhecida como tendência libertária, onde o indivíduo passa a exercer responsabilidade mútua na educação e conseqüentemente na sociedade.

Palavras-chave: BNCC; Planejamento; Pedagogia; Aprendizagem.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
1.1. JUSTIFICATIVA	6
1.2. PROBLEMA	6
1.3. OBJETIVO	6
1.3.1. Objetivo geral	6
1.3.2. Objetivos específicos	7
2. REFERENCIAL TEÓRICO	8
2.1 FORMAÇÃO CONTINUADA: PLANEJAMENTOS ALINHADOS À BNCC ...	8
2.2 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E SEUS MARCOS LEGAIS	11
2.3 A EDUCAÇÃO INFANTIL E O CURRÍCULO ESCOLAR DO ESPÍRITO SANTO	13
2.4. TIPOS DE PLANEJAMENTOS	15
2.5. A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)	18
2.5.1. O planejamento por campos de experiências	21
2.5.2. Avaliação na educação infantil	24
3. METODOLOGIA	27
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31

1. INTRODUÇÃO

Dentro de todo o contexto educacional em que a Base Nacional Comum Curricular, a BNCC vem agregar como um documento normativo, com objetivo de garantir que toda criança, seja ela de qualquer parte do país, tenha seus direitos de aprendizagem incluídos em sua rotina. Por sua vez a Base consolida a Educação Brasileira de forma que prioriza a cada região do país a construir e aplicar ainda que alinhado, o Currículo.

Partindo da necessidade e direito garantido pelo professor o Conselho Nacional de Educação (2020) diz o seguinte:

Art. 4º A Formação Continuada de Professores da Educação Básica é entendida como componente essencial da sua profissionalização, na condição de agentes formativos de conhecimentos e culturas, bem como orientadores de seus educandos nas trilhas da aprendizagem, para a constituição de competências, visando o complexo desempenho da sua prática social e da qualificação para o trabalho. (RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020)

A Educação Infantil do município de Presidente Kennedy é regida pela secretaria Municipal de Educação (SEME) que segue ao currículo do estado do Espírito Santo, esse que por sua vez, preconiza em sua construção, a diversidade, parte essa que nos cabe a Educação Escolar do Campo e Quilombola. Com todos esses documentos que nos provoca ao conhecimento e às novas práticas educacionais que regem nosso país e que ainda se encontra no início de implantação, há a necessidade de Formação continuada aos professores da Educação Infantil deste município. Sendo assim, Freire (1996) afirma que por esse motivo,

“[...] é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”. (FREIRE, 1996, p. 40)

Em concordância como Freire, uma formação continuada permite a troca de experiências entre os professores e possibilidade de repensarem suas práticas à partir das formações. Por isso, essa formação traz possibilidades para o professor de compreender melhor o direcionamento da BNCC diante de abordagens que historicamente, constrói a educação da atualidade, com foco do desenvolvimento integral das crianças.

Os parágrafos abaixo explicitam o conteúdo desta formação continuada que apresenta contribuições aos professores da Educação Infantil do município de Presidente Kennedy, no que diz respeito à compreensão dos níveis de planejamento, mediante o norteamento da Base Nacional Comum Curricular, a BNCC.

Para início de conversa, é compreender os critérios da formação continuada, alinhados à BNCC, documento que teve depois de pronto, sofreu alterações e formações a nível nacional, prezando pela efetiva implementação, para não perder de vista o que está previsto para o desenvolvimento integral das crianças.

Em se tratando de implementação da BNCC, se faz importante compreender os tipos de planejamentos que regem a Educação para chegar ao planejamento das práticas educacionais, assim como os níveis de planejamento e como eles estão articulados um com o outro.

Assim é importante fundamentar-se com um breve histórico da educação brasileira e dos marcos legais que a cercam, para assim compreender como documentos educacionais passaram por alterações ao longo do tempo até alcançar a estrutura atual, que é a BNCC.

Uma apresentação da BNCC e do Currículo do Espírito Santo para a Educação Infantil, possibilita compreender o que comporta no planejamento voltado para as crianças muito pequenas, da creche, assim como conhecer os princípios sustentadores do currículo do Estado do Espírito Santo.

O planejamento do professor, no que diz respeito às suas práticas no desenvolvimento das crianças, deve contemplar os objetivos traçados nos campos de experiências, que faz parte da estrutura da BNCC. Compreendendo essa estrutura e que as práticas precisam estar atreladas a esses objetivos, é possível garantir um trabalho voltado para o desenvolvimento da criança de forma integral. Por isso a formação contempla um estudo no que tange à estrutura da BNCC em colaboração com os professores da creche, pois os campos de experiências, segundo a BNCC, é uma forma de relacionar os conhecimentos que as crianças devem aprender, conforme a idade, e suas próprias experiências.

Por fim, como a criança da Educação Infantil deve ser avaliada? Ao pensar em todo o processo de organização curricular da escola e os planejamentos das práticas articuladas à BNCC, a avaliação deve ser à partir do processo do aprendizado, ao pensar que o trabalho do professor é planejar e mediar várias experiências e vivências às crianças, realizando uma observação da trajetória de desenvolvimento, suas conquistas e avanços.

1.1. JUSTIFICATIVA

Esta formação justifica-se pela dificuldade dos professores em compreender os diferentes níveis de planejamento articulados com a BNCC. Sendo assim essa formação foi pensada diante das dificuldades que os professores encontraram durante a implementação deste documento que traça os objetivos de aprendizagem, dentro dos campos de experiências, para realizarem seus planejamentos, tendo como norte a BNCC.

1.2. PROBLEMA

Como os professores do CMEI Santa Lúcia, compreendem a BNCC e os diferentes níveis de planejamento educacional?

1.3. OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Oportunizar aos professores da educação infantil do município de Presidente Kennedy-ES, uma formação continuada sobre o planejamento articulado com a BNCC, priorizando o desenvolvimento integral das crianças e compreendendo os níveis de planejamento que envolve a Educação.

1.3.2. Objetivos específicos

- Explanar sobre o histórico da educação brasileira e a implementação da BNCC e os marcos legais que a cercam;
- Abordar os diferentes níveis de planejamentos alinhados à BNCC;
- Apresentar aos professores a estrutura da BNCC;
- Refletir sobre o que comporta no planejamento para as crianças de creche com base nos princípios do Currículo do Espírito Santo;
- Possibilitar trocas de experiências aos professores participantes da formação, no que tange seus planejamentos articulados à BNCC;
- Refletir sobre o processo de avaliação na Educação Infantil.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. FORMAÇÃO CONTINUADA: PLANEJAMENTOS ALINHADOS À BNCC

Em 2018 o MEC lança o Guia Nacional da Educação, recheado de contribuições para professores e gestores implantarem nos planejamentos, as orientações definidas pela BNCC (2017), definindo prioridades e conduzindo o acompanhamento aos professores para garantir a qualidade conforme preconiza a BNCC. (MEC, 2018)

As orientações ditas pelos MEC (2018) discorrem que ao longo de 2019, tanto para a Educação Infantil como para o Ensino Fundamental, “as equipes gestoras também deverão coordenar a (re) elaboração do Projeto Pedagógico (PPs) das escolas à luz dos novos currículos. É importante que as formações considerem o processo de revisão do PPs”, tomando como base a BNCC.

O Projeto Pedagógico (PP) ou Projeto Político-Pedagógico (PPP) “é o documento que afirma a visão sobre a educação da escola, como ela reconhece sua missão, qual sua identidade, seus valores”, construído para nortear o trabalho de gestão escolar, de forma coletiva, orientando as práticas e as deliberações da escola. relacionando-o à BNCC, “ele deve ter como foco o apoio desenvolvimento integral do estudante, considerando sua diversidade, singularidades e multidimensionalidade”. (MEC, 2018)

Nesse sentido, as práticas escolares necessariamente, devem estar de acordo com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola e deve ser atualizado sempre que necessário e sempre em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (BRASIL 2013).

A implementação da BNCC prevê a necessidade de recursos e formações, por isso se organizou com ações para facilitar, nesse sentido o MEC (2018) deixa claro que:

Uma vez estabelecidos a governança, o planejamento e a composição das equipes, é possível iniciar a comunicação sobre o processo. A participação das equipes de comunicação das secretarias é essencial em diversos momentos, especialmente na hora de elaborar um plano para comunicar as ações e engajar atores estaduais e municipais. Informar todos os envolvidos, sobretudo professores, é fundamental para o sucesso da implementação. Essa estratégia confere legitimidade ao processo e ao resultado, evita resistências e apoia os professores das escolas públicas e privadas a colocar o novo documento curricular em prática na sala de aula. (MEC, 2018, p.18)

Com relação ao estudo das referências curriculares, “é preciso estudar e entender a

proposta da BNCC, o histórico curricular local, as pluralidades e diversidades dos vários documentos existentes, incluindo os currículos dos municípios”. (MEC, 2018, p. 19)

Nesse momento, muitos professores e gestores tiveram a oportunidade, segundo o MEC (2018) de compartilharem boas experiências, que puderam ser aproveitadas para qualificar as revisões à luz da BNCC. Assim, a reelaboração curricular pode acontecer forma a garantir que as aprendizagens previstas no novo documento dialogassem com a realidade local. Esse trabalho serviu de norte para a elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas.

Para iniciar este trabalho, as orientações do MEC (2018) visaram a necessidade de que o trabalho tivesse correspondência às indicações da BNCC, e primeiramente foi pensado em: “o que os bebês, crianças e jovens devem aprender? Para isso,

Recomenda-se a existência de uma rotina de trocas e alinhamentos entre os diferentes grupos de trabalho. Isso é importante para que a transição entre as etapas da Educação Básica garanta a integração e continuidade dos processos de aprendizagens e que os componentes ou áreas do documento curricular dialoguem de maneira interdisciplinar e trabalhem conjuntamente as competências gerais da BNCC. (MEC, 2018, p. 27)

Assim, cada ator nesse processo teve suas atribuições e o Mec (2018) deixa claro que no conjunto, permitiu que na reelaboração do currículo, os documentos curriculares pudessem ser de vários formatos, mas sempre tendo como referência, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dialogando sempre com a realidade da comunidade local, com as aprendizagens contextualizadas e de forma interdisciplinar. Nesse contexto, a Educação Infantil, como parte da Educação Básica, está incluída nesses processos de reelaboração curricular. A implementação da BNCC, através do MEC, faz a separação das etapas com seus coordenadores e formadores, trabalhando de forma específica para cada etapa.

Na Educação Infantil as crianças podem vivenciar seus primeiros momentos, desprendidas dos seus pais ou da sua família, tendo a escola como o início de um convívio social. Por isso a BNCC preza pelos eixos estruturais, que são as interações e brincadeiras, possibilitando aprendizagens, desenvolvimento e socialização das crianças, onde a implementação deste documento norteador, prevê o alinhamento de mecanismos para acompanhar a aprendizagem pertinentes às crianças da Educação Infantil.

Da mesma forma, devem ser considerados na reelaboração dos currículos da Educação Infantil, segundo a BNCCEI (2019):

- A concepção de criança trazida pela BNCC
 - Interações e brincadeiras como eixos estruturantes das práticas pedagógicas
 - Os direitos de aprendizagem e desenvolvimento
 - Arranjo por Campos de Experiências, respeitando as faixas etárias
 - Intencionalidade educativa em todas as práticas pedagógicas
 - Documentação pedagógica para acompanhar a progressão das aprendizagens e desenvolvimento
- [...] A experiência educativa da criança precisa ser considerada como o eixo para pensar na trajetória escolar integralmente. (BNCCEI, 2019, p. 24)

Com a implementação da BNCC na Educação Infantil deve-se, dentre várias coisas, destacar:

Valorizar a importância da etapa da Educação Infantil no desenvolvimento dos indivíduos, ao longo de sua vida escolar. O PPP de uma instituição de Educação Infantil precisa contemplar a especificidade da etapa, seus temas centrais, o vocabulário da área, bem como marcar a centralidade das crianças nas escolhas feitas pela instituição. (BNCCEI, 2019, p.27)

Pois dessa forma se possibilita a pensar a identidade da criança, refletindo os caminhos que a instituição da Educação Infantil deve seguir para atingir os objetivos e efetivar a implementação da BNCC, de forma a ver as mudanças necessárias, promover encontros com famílias e comunidade escolar para a discussão do PPP, pensar nos desafios e pautar na participação de todos. Pois é na etapa da Educação Infantil que as práticas devem ser planejadas de acordo com os campos de experiências.

Conforme a BNCCEI (2019), é muito importante saber que:

Além de apoiar creches e pré-escolas na revisão de seus PPP's e produzir materiais de apoio, promover a formação continuada de professores é uma ação fundamental das secretarias municipais no processo de implementação dos novos currículos.

Ao planejar os eventos de formação continuada, o foco deve ser pensar e elaborar experiências e atividades que favoreçam a aprendizagem e o desenvolvimento dos bebês e crianças, os protagonistas de todo o trabalho pedagógico da Educação Infantil.

A formação dos professores nunca se esgota, precisa ser constantemente atualizada e ampliada, em função das transformações culturais pelas quais as sociedades passam. Os momentos de revisão curricular também são ocasiões que suscitam novas demandas formativas. (BNCCEI, 2019, p.36)

Nesse sentido, a BNCCEI (2019) deixa claro que a troca de experiências entre os professores nos momentos de formação se faz muito importante. As boas práticas em Educação Infantil faz parte dos aspectos pedagógicos na formação para a implementação da BNCC e refletir sobre a intencionalidade educativa na escola, que

é pensar em todos esses aspectos de maneira estruturada e com objetivos e propostas claras de desenvolvimento dos bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas”. (BNCCEI, 2019, p.43)

A Intencionalidade educativa requer mais do que pensar, requer saber e conhecer para trabalhar os materiais, os ambientes, os tempos e espaços, garantir os direitos das crianças, os processos de acolhimentos e principalmente as transições entre casa e creche, entre a creche e a pré-escola e entre a pré-escola e o ensino fundamental e tudo o que envolve acompanhamento das atividades, no sentido de continuação e o que envolve o contexto da Educação Infantil.

2.2 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E SEUS MARCOS LEGAIS.

As Diretrizes Curriculares Nacional da Educação Básica (BRASIL, 2013, p. 67) define Base Nacional Comum como constituinte de “conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico [...]”.

Entre 2015 e 2017 diferentes atores do campo educacional juntamente com a sociedade brasileira, debateram e negociaram “um documento normativo que define o conjunto progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica”, que é a BNCC. (BRASIL, 2018)

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases (1996) e no Plano Nacional de Educação (2014), frutos desses debates, a BNCC contou com uma mobilização de várias entidades relacionada à educação para sua formulação: “Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e pelo Ministério da Educação (MEC)”. Além desses órgãos, de forma democrática, teve mais de 12 milhões de contribuições da sociedade civil e de educadores, feitas através de consultas públicas.

A Base Nacional Comum Curricular contempla toda a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio). A parte referente à Educação Infantil e Ensino Fundamental foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo MEC em dezembro de 2017, depois de audiências públicas realizadas em todas as regiões do Brasil. Já a parte referente ao Ensino Médio encontra-se atualmente em processo de elaboração. Durante a fase final de revisão da BNCC, as redes de ensino

começaram a preparar seus processos de planejamento e implementação, que serão cruciais para que a BNCC cumpra o seu papel de promover mais qualidade e equidade na aprendizagem dos estudantes. Com a BNCC aprovada, é fundamental, agora, que todas as redes do país sejam as protagonistas dessa etapa de implementação. (MEC, 2018, p. 02)

Em vista disso, a BNCC é um documento como norteador das práticas educacionais, explicitando as aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas, compreendendo a diversidade cultural e social, diante das diferentes necessidades dos estudantes e reconhecendo “que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica”. (BRASIL, 2017, p. 15-16)

A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) trata-se de um documento que o conteúdo norteador ao que cerne da questão didática de toda a escola brasileira, abrangendo todas as etapas da educação básica, a partir a Educação Infantil contemplando até o final do Ensino Médio.

Partindo dessa premissa, a BNCC foi estruturada pensando na nivelção e na qualidade do ensino, com intuito de reduzir a desigualdade educacional, seguindo por trabalhar os conhecimentos e as habilidades, considerados fundamentais para a atualidade, estimulando evolução nas práticas escolares. Este documento entende que para exercer a cidadania a pessoa precisa de mobilizar conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver as situações do dia a dia, por isso norteia o trabalho educacional estipulando as competências para a Educação básica. Assim, deve estar presente em todos os níveis de planejamento da Educação fundamentando as práticas escolares e o fazer pedagógico de uma instituição escolar.

A BNCC é formada pelas três etapas da educação básica, que é a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio descrevendo as orientações específicas das disciplinas e de cada etapa. Ela constitui diversas formas, o que é comum, que os alunos precisam aprender em cada etapa da Educação Básica, o que diz respeito aos saberes e as habilidades para aplicar os conhecimentos na sua realidade.

Com relação à Educação Infantil, a modificação pela Lei 13.306/ de 2016, quando estabelece o atendimento às crianças com a idade de 0 a 5 anos, historicamente foi um passo muito importante. As Diretrizes Curriculares Nacionais

para a Educação Básica, “estabelecem a Base Nacional Comum, responsável por orientar organização, articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras” (BRASIL, 2013). A BNCC atualizada, “é um documento completo e contemporâneo, que corresponde às demandas do estudante desta época, preparando-o para o futuro.” (BRASIL, 2017, p.5)

Em suma, a BNCC é um documento atualizado, de acordo com as faixas etárias e o desenvolvimento da criança em cada uma delas, correspondendo à devida importância de cada etapa no que diz respeito à Educação Infantil. Para isso o MEC (2018) prevê o trabalho em rede para criar uma estrutura de governança da implementação da BNCC, refletindo questões que abordam formas de organização e regime de colaboração, participação de estados e municípios no processo de reelaboração curricular, planejamento e comunicação e definir quais decisões devem ser tomadas e por quem. Nesse sentido, o foco é o aprendizado dos estudantes, não importando de qual esfera pertence. (MEC, 2018, p. 6)

2.3. A EDUCAÇÃO INFANTIL E O CURRÍCULO ESCOLAR DO ESPÍRITO SANTO

O Currículo do Estado do Espírito Santo, ao se referir à Educação Infantil, cita os princípios éticos, políticos e estéticos que representam valores, referências e preceitos morais que norteiam as condutas da sociedade. Esses princípios são descritos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil¹ (DCNEI) (BRASIL, 2009), documento que orienta esta etapa até a revisão da BNCC, que discorre que é através desses princípios que a educação deve responder as demandas de formação do aluno enquanto sujeito histórico.

Os Princípios Estéticos abordam a “valorização da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades”. Já os Princípios Políticos, falam dos “direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática”. Por fim,

¹ Brasil. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010.

os Princípios Estéticos, trata da “valorização da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais”. (ESTADO, 2018, p. 49). As instituições de Educação Infantil devem garantir e assegurar que o professor contemple esses princípios em seu trabalho educativo.

Com a implantação da BNCC, esses princípios, que foram diluídos em seis grandes direitos de aprendizagem devem ser garantidos a todas as crianças, no cotidiano das instituições de educação infantil, que são os de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. As características e peculiaridades das crianças, que hoje frequentam as unidades de Educação Infantil, devem impulsionar os educadores a garantir que os direitos de aprendizagem sejam mediadores de significativas aprendizagens, conferindo intencionalidade às práticas pedagógicas, a fim de contemplar as diferenças e diversidades, características da infância, conforme preconiza a BNCC. (BRASIL, 2017)

Assim, faz-se importante alinhar, com os profissionais de cada instituição, os conceitos sobre a infância, tempos, espaços escolares, sobre as concepções teóricas adotadas para a elaboração de currículos, que respondam aos questionamentos e subsidiem intervenções intencionais nos processos de ensino e aprendizagem.

Considerando assim,

Concepção de criança como ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social não deve resultar no confinamento dessas aprendizagens a um processo de desenvolvimento natural ou espontâneo. Ao contrário, impõe a necessidade de imprimir intencionalidade educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil, tanto na creche quanto na pré-escola. (BRASIL, 2017, 38)

Diante dessas premissas, o Currículo do Espírito Santo (2018) deixa claro que “a intenção educativa deve consubstanciar tanto o planejamento, a organização do ambiente pedagógico pelo professor e o acompanhamento e avaliação da aprendizagem e desenvolvimento da criança”. (ESTADO, 2018, p. 50)

Dessa forma, o Currículo do Espírito Santo menciona sobre o planejamento do professor, que implica em “atribuir sentido e intencionalidade ao que será ensinado”, mas deixa claro que a escola juntamente com os professores deve refletir a realidade

local, levando em conta identidade das crianças e das suas experiências familiares. (ESTADO, 2018, p. 50)

Diante do processo de implementação da BNCC, as perspectivas relacionadas ao trabalho educacional giram em torno de mudar o pensamento para que a criança trabalhe na construção do seu próprio conhecimento, sendo assim, que os professores possam trabalhar de acordo com as competências que estão definidas pela BNCC.

Com as mudanças no olhar do professor para as práticas, o planejamento passa por alterações, por isso a importância da implementação da BNCC de forma abrangente, onde juntamente com os conteúdos, a tecnologia é inserida e novos formatos de avaliações propostos.

2.4. TIPOS DE PLANEJAMENTOS

O planejamento, por Vasconcellos (2000), deve ser percebido como um instrumento que tem a capacidade de adentrar em uma situação da realidade e transformá-la, sendo necessário para isso acontecer de forma atenta, direcionada e organizada para promover as transformações pensadas. O autor ainda diz que o planejamento possibilita antecipar-se ao conjunto de ações e agir da forma como foi pensado. (VASCONCELOS, 2000, p.79)

Vasconcellos (2000, p. 95) aborda níveis do planejamento. O autor cita o planejamento da escola que se refere ao Projeto Político-Pedagógico ou projeto educativo, sendo esse plano integral da instituição. Nesse nível envolve tanto o campo pedagógico quanto o comunitário. O Planejamento Curricular se refere à proposta geral das experiências de aprendizagem que a instituição escolar oferece, baseados nos componente curriculares. Segundo Vasconcellos (2000, p. 96), outro nível de planejamento é o Projeto de Ensino Aprendizagem, “que é o planejamento mais próximo da prática do professor e da sala de aula, diz respeito mais restritamente ao aspecto didático. Pode ser subdividido em projeto de curso e plano de aula”. Esses são desenvolvidos por certo período, especificado na metodologia do planejamento, abrangendo outras disciplinas também.

Dessa forma percebe-se que o planejamento organiza as ações dos professores com relação à sua prática na sala de aula. Vasconcellos (2000, pag. 159) frisa que o planejamento pode e deve ser flexível também, pois o autor entende que o professor pode se tornar “tirano da ação” ou a ação se tornar um simples registro, um jogo de palavras, desconectado dos objetivos da prática.

Cada planejamento é feito em um determinado nível de abrangência de tempo e territorialidade. O Planejamento Educacional é um planejamento com uma abrangência maior, é um planejamento do Sistema de Educação que pode corresponder ao nível Federal, Estadual ou Municipal, que “incorpora e reflete as grandes políticas educacionais”. (VASCONCELLOS, 2000, p.95).

O planejamento da escola ou Planejamento escolar é definido por Alves (2011) como “atividade que envolve o processo de reflexão, de decisões sobre a organização, o funcionamento e a proposta pedagógica da instituição”. A autora discorre que “um bom Planejamento Escolar feito na primeira semana do ano letivo, certamente, evitará problemas futuros” e que por esse motivo, no início do ano letivo as escolas organizam a semana pedagógica, para reunir professores, pedagogos e outros profissionais que compõem o corpo docente para planejarem os dias letivos do ano a se seguido. Assim a autora deixa claro tudo o que é necessário para planejar, elaborar e discutir entre os profissionais:

1. as diretrizes quanto à organização e à administração da escola,
2. normas gerais de funcionamento da escola,
3. atividades coletivas do corpo docente,
4. o calendário escolar,
5. o período de avaliações,
6. o conselho de classe,
7. as atividades extraclasse,
8. o sistema de acompanhamento e aconselhamento dos alunos e o trabalho com os pais,
9. as metas da escola e os passos que precisam ser dados, durante o ano, para atingi-las,
10. os projetos realizados no ano anterior,
11. os novos projetos que serão desenvolvidos durante o ano,
12. os temas transversais que serão trabalhados e distribuí-los nos meses,
13. revisar o PPP. (ALVES, 2011, p. 2-3)

Alves (2011) faz menção às palavras de Vasconcellos (2000) e diz que alguns profissionais não vêm a importância do planejamento, pois alegam que “o trabalho em sala de aula é dinâmico e imprevisível; faltam condições mínimas, como tempo; e existe o pensamento de que nada vai mudar e, portanto, basta repetir o que já tem

sido feito". Mas também menciona que alguns acreditam no planejamento, mas não concordam com a forma como é realizado.

Em concordância com Vasconcellos (2000), Alves (2011) diz que o plano de ensino ou plano curricular se refere ao trabalho de organização para a formulação de um plano que servirá de instrumento para a orientação da vida escolar de uma instituição.

O planejamento de ensino, conforme Alves (2011) menciona, se refere à organização pedagógica para a sala de aula, para as atividades práticas que serão concretizadas com os alunos, organizada para o desenvolvimento da aprendizagem.

Em uma hierarquia nos diferentes níveis de planejamento, percebe-se que uma mudança na estrutura a nível nacional, desencadeia uma mudança em todos os níveis até chegar à sala de aula, na prática com o aluno.

Com os planejamentos organizados, esses compõem o Plano Escolar, que é baseado nas práticas escolares, apresentando as decisões das práticas pedagógicas, se tornando um guia para o trabalho na escola, sendo fruto dos planejamentos dos professores, conforme afirma ALVES (2011), que na instituição escolar se refere ao Projeto Político Pedagógico formado de acordo com a realidade escolar, envolvendo em sua formulação os profissionais da escola, da comunidade, os pais e alunos.

O Plano Educacional a nível nacional é reformulado a cada dez anos e tem como objetivo organizar e unificar a educação, com metas para atingir para promover uma educação de qualidade. Os planejamentos citados acima, apesar de serem formulados de acordo com a realidade de cada município, são baseados no Plano Nacional de Educação, o PNE e na BNCC (BRASIL, 2017), onde deve abranger todas as características relacionadas à Educação Infantil.

O planejamento educativo deve ser assumido no cotidiano como um processo de reflexão, pois, mais do que ser um papel preenchido, é atitude e envolve todas as ações e situações do educador no cotidiano do seu trabalho pedagógico. [...] Planejamento pedagógico é atitude crítica do educador diante de seu trabalho docente. (OSTETO, 2000, p. 177)

Uma vez mais, Ostetto enfatiza que no planejamento: "(...) não há forma! Ao contrário, é flexível e, como tal, permite ao educador repensar, revisando, buscando novos significados para a sua prática pedagógica" (OSTETTO, 2000, p. 177).

Mesmo não existindo um único modo de executar um planejamento, Veiga (2006) mostra, apesar de escrever anos antes da BNCC ser reescrita, que nos momentos do planejamento é que o professor apresenta sua responsabilidade na formação da criança enquanto cidadão e na sua produção de conhecimentos, o que reforça a importância do professor sempre se atualizar no que diz respeito à ação de planejar. Nesse sentido a autora diz que:

Cabe ao professor a responsabilidade de planejar o ensino de forma participativa, considerando as demais dimensões do processo didático e as orientações provenientes do projeto pedagógico da instituição educativa. Os professores não apenas participam do planejamento da instituição educativa como um todo, cada um tem seu plano de trabalho cuja elaboração, execução e avaliação são de sua responsabilidade de ensino. (VEIGA, 2006, p.28)

Enquanto professora, vejo o planejamento como importante ferramenta estratégica para o professor elaborar as suas práticas educativas, porque é uma forma do professor se orientar, não se esquecendo da bagagem que os alunos trazem para a sala de aula, que articulados com o que o professor vai mediar, pode tornar o aprendizado atrativo e dinâmico quando parte da contextualização da realidade.

2.5 A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica. Nesta etapa são atendidas crianças de 0 a 6 anos de idade, que permanecem na escola parte do dia ou o dia todo, conforme preconiza as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013), onde prevê que devem ser monitoradas pelos órgãos educacionais competentes, sendo assim entende criança como:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2013, p. 97)

É diante do pensar da criança que os processos de aprendizagens na Educação Infantil devem ser idealizados, como diz Melo (2018), pois esses processos são diversos, segundo a autora, que afirma que deve ser oportunizada a exposição de ideias, vivências e sentimentos. Para ela o aprendizado acontece na interação com outras crianças e promove experiências que fazem parte da construção do conhecimento. Nesse sentido, está acordo com Base Nacional Comum Curricular (2017) onde os eixos estruturantes são o brincar e as interações, mediadas pelos professores sempre voltados para as características de cada criança.

As Diretrizes Curriculares da Educação Básica reforçam que:

[...] nessa etapa deve-se assumir o cuidado e a educação, valorizando a aprendizagem para a conquista da cultura da vida, por meio de atividades lúdicas em situações de aprendizagem (jogos e brinquedos), formulando proposta pedagógica que considere o currículo como conjunto de experiências em que se articulam saberes da experiência e socialização do conhecimento em seu dinamismo. (BRASIL, 2013, p. 37)

Mesmo sendo crianças pequenas e muito pequenas, os documentos nacionais norteiam o trabalho dentro de uma complexidade que é própria da etapa da Educação Infantil, entendendo a criança como o sujeito histórico em desenvolvimento e que as experiências proporcionadas nas escolas, possibilitam facilitar os anos seguintes na pré-escola e ensino fundamental. Para isso a BNCC traça os seis direitos de aprendizagem: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, que norteiam as práticas pedagógicas e,

Asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural. (BRASIL, 2017, p. 37)

Por isso a implementação da BNCC foi pensada de forma mais abrangente possível para que as práticas pedagógicas fossem refletidas baseadas nos campos de experiências traçados pelo documento.

A organização da BNCC inicia-se pela identificação de cada objetivo de aprendizagem por um código alfanumérico, conforme explica o documento:

Como é possível observar no exemplo apresentado, cada objetivo de aprendizagem e desenvolvimento é identificado por um código alfanumérico cuja composição é explicada a seguir:

Segundo esse critério, o código **EI02TS01** refere-se ao primeiro objetivo de aprendizagem e desenvolvimento proposto no campo de experiências "Traços, sons, cores e formas" para as crianças bem pequenas (de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Cumpre destacar que a numeração sequencial

dos códigos alfanuméricos não sugere ordem ou hierarquia entre os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. (BRASIL, 2017, P. 26)

Assim, seguindo essa organização, cada campo de experiência é representado da seguinte forma:

EO - “O EU, O OUTRO E O NÓS”

CG - “CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS”

TS - “TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS”

EF - “ESCUITA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO”

ET - “ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES”

Cada um desses campos contém os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, que conforme o campo de experiência varia na quantidade de 3 a 9 objetivos, que são descritos por um número conforme a quantidade, na sequência e no código é o último número apresentado.

- O EU, O OUTRO E O NÓS é um campo de experiência que abrange a identidade da criança, seu auto cuidado, suas percepções e construções de conhecimentos a partir da constituição do modo próprio de agir com o mundo que a cerca e nas interações com outras crianças, com base no respeito às diferenças.

- CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS aborda a exploração do espaço e objetos do entorno pela criança, tomando consciência da sua corporeidade. Este campo de experiências visa proporcionar vivências à criança do uso do corpo em movimento em relação às outras e ao espaço em que vivem, amplia assim seu repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas.

TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS pretendem oportunizar à criança experiências voltadas para as expressões nas artes visuais, a partir de observação e produção, objetivando desenvolver o senso estético, crítico, o conhecimento de si e dos outros. Dessa forma este campo de experiência contempla a ampliação e a potencialização do fazer cultural, ao ampliar os repertórios artísticos e a interpretação da própria vivência.

ESCUITA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO dizem respeito ao uso da linguagem para a comunicação, onde ainda bebê, a criança já utiliza-se de movimentos para comunicar algo, desenvolvendo ao longo do tempo de forma progressiva e enriquecendo seu vocabulário de gestos e fala. Esse campo de experiência visa potencializar a forma de comunicação da criança através de oportunidade de fala, escuta e da imersão da criança na linguagem escrita, o que proporciona familiaridade e compreensão da escrita, que contribui para o gosto da escrita e da leitura.

ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES é um campo de experiência que visa vivências e aprendizados a partir do lugar onde mora, para situar-se em rua, bairro, cidade e outros conhecimentos relacionados à lugar, animais, plantas, transformações da natureza, também abrange relações de parentescos e sociais. Além disso, esse campo propõe experiências com conhecimentos matemáticos como contagem, quantidades, medidas e outros, através de investigação e exploração de objetos, espaços e consulta a informações, com o intuito de aguçar a curiosidade para ampliar seus conhecimentos e fazer uso em seu cotidiano.

Essa é uma forma organizada e prática apresentada pela BNCC para que o professor, ao planejar, localize os objetivos conforme cada campo de experiências e o que a atividade vai contemplar. Nesse sentido, ao verificar que as crianças não desenvolveram algum desses objetivos para seguir na etapa seguinte, o professor pode planejar sobre o objetivo específico com vistas a contemplá-lo.

2.5.1. O planejamento por campos de experiências

Ao pensar no planejamento por campos de experiência, cabe aqui compreender como estão estruturados esses campos de experiências na BNCC para então compreender os objetivos de aprendizagens.

Sobre a BNCC podemos resumir da seguinte forma:

- Define aprendizagens essenciais – expressas em 10 COMPETÊNCIAS - que TODOS/AS os/as alunos/as têm o DIRETO de adquirir ao longo da Educação Básica;
- Competências têm como base: cidadãos que queremos formar e a educação que queremos para todos;
- Soma-se aos propósitos de FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL para a construção de uma sociedade JUSTA, DEMOCRÁTICA, INCLUSIVA;
- EDUCAÇÃO INTEGRAL: pleno desenvolvimento dos/as estudantes, crescimento como cidadão; qualificação para o TRABALHO. (MERLI, 2018, p. 5)

Assim pode-se entender que o direcionamento que a BNCC dá para o trabalho na Educação Infantil, através dos campos de experiências é que permitem uma diversidade de vivências. Essa diversidade ampliam os repertórios das crianças em vários campos que pode ser definido com uma educação integral pelo pleno desenvolvimento de cada uma. A BNCC define competência como:

A mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BRASIL, 2017, p. 8)

Assim, é através dessa mobilização de conhecimentos vinculados à realidade da criança, no seu cotidiano, promove interesse e curiosidade para o aprendizado.

Na Educação Infantil, as competências gerais são diluídas nos campos de experiências e trabalhadas de forma que as crianças atinjam os objetivos com base nessas competências.

COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BRASIL, 2017, p. 9 e 10)

A BNCC apresenta através das competências, a definição das aprendizagens essenciais, pois este documento entende que não apenas os conteúdos que devem ser ensinados. Assim para a Educação Infantil, a BNCC traça os direitos de aprendizagem, que são eles: Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e Conhecer-se. Conforma a BNCC os direitos de aprendizagem e desenvolvimento são descritos da seguinte forma:

- Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.
- Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
- Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.
- Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.
- Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
- Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações,

brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. (BRASIL, 2017, p. 38)

A BNCC parte da intencionalidade educativa às práticas na sala de aula, pois esses direitos de aprendizagem estão dispostos a partir da concepção de criança como ser que observa, questiona, levanta hipóteses, constrói conhecimentos e precisam ter seus direitos garantidos.

Diante de tudo o que reza a BNCC, o que o professor deve garantir é que as aprendizagens das crianças estejam contempladas em seus planejamentos, visto que este documento traz o norteamento para tal ação tão importante e que é a base da organização escolar e de suas atividades.

2.5.2. Avaliação na educação infantil

Encontramos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação um item importante sobre a avaliação na Educação Infantil:

Na Educação Infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental (BRASIL, 1996). A BNCC, em concordância com a Lei, também menciona a importância dos registros, sejam eles escritos, fotográficos ou em vídeo.

Ao pensar em todo o processo de organização curricular da escola e os planejamentos das práticas articuladas à BNCC, a avaliação deve ser à partir do processo do aprendizado, ao pensar que o trabalho do professor é planejar e mediar várias experiências e vivências às crianças, realizando uma observação da trajetória de desenvolvimento, suas conquistas e avanços.

Ao monitorar o conjunto de práticas e observações na Educação Infantil, a BNCC entende que é preciso acompanhar tanto essas práticas quanto as aprendizagens das crianças, realizando a observação da trajetória de *cada criança* e de *todo o grupo* – suas conquistas, avanços, possibilidades e aprendizagens. Por meio de diversos registros, feitos em diferentes momentos tanto pelos professores quanto pelas crianças (como relatórios, portfólios, fotografias, desenhos e textos), é possível evidenciar a progressão ocorrida durante o período observado, sem intenção de

seleção, promoção ou classificação de crianças em “aptas” e “não aptas”, “prontas” ou “não prontas”, “maduras” ou “imaturas”. Trata-se de reunir elementos para reorganizar tempos, espaços e situações que garantam os direitos de aprendizagem de todas as crianças. (BRASIL, 2017, p. 39)

Dessa forma a BNCC deixa claro que a avaliação das crianças, mediante as propostas educativas, deve acontecer por meio de observações com base nos objetivos de aprendizagens para cada prática, sendo realizado também registros e relatórios. Sendo assim avaliar na etapa da Educação Infantil significa acompanhar o processo de desenvolvimento da criança, através de observação, registro, continuidade nos processos vivenciados e registros para que a família possa acompanhar o desenvolvimento de perto. Além disso, o Currículo do Espírito Santo para a Educação Infantil ressalta que os registros através de vídeos, fotos, relatórios e até mesmo a escrita da criança é importante. (ESTADO, 2018, p. 90)

Então se pode entender que através dos registros é possível avaliar no sentido de trazer mais possibilidades para o aprendizado das crianças de forma a abordar onde ainda é necessário, conforme as limitações e avanços de cada uma, preparando-a para a transição seja dentro da etapa da Educação Infantil ou para o ingresso no 1º ano do Ensino Fundamental. Dessa forma haverá possibilidades do professor olhar de forma diferenciada para cada aluno e trabalhar de acordo com seu ritmo de aprendizado.

Para que as ações avaliativas sejam colocadas em prática e deixem de ser intuitivas ou atreladas à concepção de avaliação para classificação, é importante que o educador, saiba quais são os instrumentos metodológicos que pode auxiliá-lo nesse processo de aprendizagem. Para saber qual tipo de ajuda pedagógica deve oferecer as crianças, é necessário conhecer as características individuais deles e levantar o conjunto de conhecimentos prévios para propor uma nova situação de aprendizagem.

Para tanto, a documentação pedagógica permite uma avaliação de qualidade na Educação Infantil. É fundamental que as crianças participem do processo de documentação e de avaliação das atividades desenvolvidas. Isso se dá pela observação sistemática do professor para auxiliar a criança no desenvolvimento do trabalho pedagógico, porém de nada adianta a observação sem o registro. Não confie

em sua memória. Para não perder as importantes informações observadas, são necessários os registros escritos, e também por meio de fotos, vídeos e áudios para captar os diferentes momentos e atividades, principalmente as que estiverem relacionadas ao aspecto destacado na pauta de observação. Por isso é tão importante planejar a avaliação antes. Esses registros podem ser utilizados, inclusive, para a reflexão das próprias crianças, dependendo do que está sendo avaliado.

3. METODOLOGIA

A metodologia para esta formação está pautada em rodas de conversas que possibilitem o diálogo entre os participantes. Estas serão realizadas de tempos em tempos para contemplar todo o conteúdo e dinâmicas para a compreensão dos níveis de planejamentos e como eles estão articulados com a BNCC,

A proposta é de rodas de conversa para a exposição de ideias onde se tecem-se comentários, conforme menciona Oliveira (2020), onde a intenção do pesquisador deve ser clara e objetiva, tendo o foco da conversa bem definido. Para as rodas de conversas acontecerem, busca-se participantes com ideias necessidades em comum

Para tanto foi traçada uma proposta para esta formação que tem em sua composição encontros mensais, sendo os primeiros introdutórios de documentos que regem a Educação, decretos, diretrizes, currículos, referenciais e a BNCC, Organizados da seguinte forma:

Datas	Conteúdo da formação	Local da formação
29/10/2021	Abertura da formação. Apresentação dos conteúdos.	Auditório da Secretaria Municipal de Educação de Presidente Kennedy
24/02/2022	Momento de organização e formação dos grupos	Organização da formação
07/03/2022	Critérios da formação continuada dos referenciais curriculares alinhados à BNCC	Encontro Interno
10/03/2022		Atividade extra
10/03/2022	Breve relato histórico da educação brasileira e seus marcos legais	Encontro Interno
22/03/2022		Atividade extra
24/03/2022	Tipos de planejamentos	Encontro Interno
12/05/2022		Atividade extra
26/05/2022	Apresentação da BNCC	Encontro Interno
09/06/2022		Atividade extra
23/06/2022	Campos de experiências	Encontro Interno
11/07/2022		Atividade extra
25/07/2022	Currículo do espírito santo: princípios sustentadores do Currículo do ES - etapa Educação Infantil	Encontro Interno

11/08/2022		Atividade extra
25/08/2022	Currículo do Espírito Santo: princípios sustentadores do Currículo do ES - etapa Educação Infantil	Encontro Interno
08/09/2022		Atividade extra
22/09/2022	O planejamento por campos de experiências	Encontro Interno
06/10/2022		Atividade extra
20/10/2022	Avaliação na Educação Infantil	Encontro Interno
10/11/2022	Final do curso/ Culminância/ Relatos de experiência/ Apresentação do Projeto Desenvolvido	Encontro Interno

A Formação Continuada será realizada quinzenalmente junto com a Secretaria de Educação e o material será entregue a cada escola participante para que seja reproduzido para os professores.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) implementada na educação brasileira em 2017 e 2018 traz um novo olhar para o planejamento das aulas de forma a abranger o aluno em sua totalidade, contribuindo para um desenvolvimento de forma integral, ou seja, abarcando o cognitivo, físico, afetivo, e o social de cada criança. Nesse sentido faz-se necessária a compreensão deste documento para um planejamento com vistas na qualidade do trabalho educacional.

As dificuldades em compreender as articulações dos planejamentos com a BNCC, sendo ainda a Educação Infantil com complexidade específica da faixa etária, por ser a primeira etapa da Educação Básica, necessita de norteamentos expressivos nos planejamentos, por ser uma etapa de preparação para os anos seguintes e para a compreensão de mundo da criança.

Este trabalho, pautado na reflexão do papel do professor nesse importante processo de desenvolvimento da criança, conclui-se que este trabalho pode servir como auxílio para uma melhor compreensão da BNCC e sua estrutura, para a organização de planejamento que visem a formação integral das crianças da Educação Infantil, dentro dos princípios éticos, políticos e estéticos, por uma sociedade mais justa. Assim, além de assegurar a formação integral da criança, o professor estará assegurando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, de acordo como Plano Nacional de Educação.

Os planejamentos bem articulados com a BNCC permitem que os objetivos de aprendizagem sejam alcançados de forma contextualizada com a realidade, assim contemplar um desenvolvimento das habilidades, cognitivas, afetivas e de criticidade perante a sociedade. Diante disso, o professor terá mais base para um olhar amplo nas suas práticas à partir das reflexões do desenvolvimento das crianças, o que lhe dá possibilidades de transformações e problematizações para a compreensão e apreensão de mundo.

À partir da formação continuada, o professor tem a capacidade de ampliar seu olhar para realidade de cada escola e de cada aluno, o ensino se torna algo dinâmico e com possibilidades de ser reinventado a cada prática, à cada situação que necessite de

mediações e transformações para uma educação libertadora e não apenas de transmissão de conteúdos, onde o avaliar ultrapassa os registros, mas permite uma análise para a continuidade nos processos vivenciados pelas crianças.

5. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALVES, Professora Sigridi. **Tipos e níveis de planejamento. 2011.** Texto disponível em: <http://planejamentoeducacional.webnode.com.br/tipos-niveisdeplanejamento/>. Acesso em 15/01/2021.

BRASIL. **Base nacional curricular comum.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. (2017) Último Acesso em: 20/04/2020. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_verseofinal_sit_e.pdf.

_____. **Diretrizes curriculares nacionais da educação básica.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília MEC/SEB/DICEI, 2013.

_____. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. Resolução CNE/CEB N.0 5, de 17 de Dezembro de 2009. **Fixa as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil.** 2009.

_____. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional, LDB.** 9394/1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 01/10/2021.

_____. **Política nacional de educação infantil:** pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação. 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ESTADO. Espírito Santo. **Currículo do Espírito Santo:** educação infantil. Secretaria de Educação SEDU. Vitória, ES. 2018

MEC. Ministério da Educação. **Guia de implementação da base nacional comum curricular:** orientações pra o processo de implementação. Brasília - DF, 2018.

MELO, Gilcerlandia Pinheiro Almeida Nunes. **A Ludicidade como um recurso pedagógico na educação infantil.** Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória- ES, v. 24, n. 1, p. 29-43, jan./jun. 2018.

MERLI, Angélica de Almeida. **A Base foi aprovada, e agora? reflexões sobre as implicações da bncc para o currículo da educação infantil e do ensino fundamental.** I Seminário FAATESP de Educação, 2018.

OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org.). **Encontros e encantamentos na educação infantil**: partilhando experiências de estágios. Campinas: Papyrus, 2000.

PNE, Plano Nacional de Educação. **LEI 13.005/2021**. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 17/04/2021.

VASCONCELLOS, Celso S. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico. 9 ed. São Paulo: Libertad. 2000.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). **Lições de didática**. São Paulo: Papyrus, 2006.